



REPÚBLICA DE CABO VERDE

Ministério das Finanças

**PROPOSTA DE
ORÇAMENTO DO ESTADO
PARA 2010
RELATÓRIO**

SETEMBRO 2009

Índice de Conteúdos

1.	Contexto Internacional – Evolução Recente e Perspectiva.....	6
2.	Economia de Cabo Verde – Evolução Recente.....	16
2.1.	Desempenho Global de 2008	16
2.2.	Apreciação Global do Primeiro Semestre e Perspectivas para 2009	20
2.3.	Finanças Públicas	27
2.3.1.	Enquadramento	27
2.3.2.	Análise das Receitas	28
2.3.3.	Análise das Despesas	32
2.3.4.	Dívida Pública.....	35
2.3.5.	Previsão da Execução do Orçamento para 2009	37
3.	Orçamento para 2010.....	39
3.1.	Perspectivas para 2010.....	39
3.2.	Evolução Financeira das Finanças Públicas de 2007 a 2009 e Programação para 2010	40
3.3.	Receitas.....	43
3.3.1.	Evolução da Receita	43
3.3.2.	Justificação das Previsões	46
3.3.3.	Análise dos Benefícios Fiscais Concedidos em 2008.....	46
3.3.3.1.	Benefícios Concedidos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos no Triénio 2006-2008.....	48
3.3.3.2.	Estrutura dos Benefícios Fiscais Concedidos, por Sector de Actividade	49
3.3.3.3.	Estrutura dos Benefícios Fiscais, por Concelho.....	49
3.3.4.	Benefícios Concedidos pela Direcção Geral das Alfândegas no Triénio de 2006/2008	50
3.3.4.1.	Medidas de política para Direcção Geral das Alfândegas	51
3.3.4.2.	Medidas de Política Fiscal.....	53
3.3.4.3.	Combate à Fraude e Evasão Fiscal.....	53
3.3.4.4.	Eficiência e Eficácia da Administração Fiscal	54
3.3.4.5.	Benefícios Fiscais.....	56
3.3.4.6.	Competitividade Fiscal.....	57
3.4.	Análise das Despesas.....	58
3.4.1.	Despesa Globais.....	58
3.4.2.	Despesas de Funcionamento.....	59
3.4.2.1.	Execução em 2009 e Previsão para 2010.....	59
3.4.2.2.	Por Classificação Económica	60
3.4.2.3.	Por Classificação Orgânica	62
3.4.3.	Evolução da Despesa de Investimento.....	64
3.4.4.	Política de Investimentos para 2010.....	65
3.4.4.1.	Quadro Referencial	65
3.4.4.2.	Parceiros de Desenvolvimento.....	66
3.4.5.	Despesa de Investimento para 2010	67
3.4.5.1.	Financiamento Interno.....	67
3.4.5.2.	Financiamento Externo.....	68
3.4.5.3.	Eixos Prioritários	69
3.4.5.4.	Empregos criados.....	71
3.4.6.	Projecção 2010-2012	71

3.4.7.	Seguimento e avaliação.....	72
3.5.	Dívida Pública e Financiamento Programado 2010	72
3.5.1.	Enquadramento	72
3.5.2.	Evolução da Dívida Pública	73
3.5.3.	Dívida Interna	73
3.5.4.	Dívida Externa	74
3.5.5.	Programação para o Ano 2010.....	75
3.5.6.	Financiamento.....	76
3.6.	Política dos Recursos Humanos da Administração Pública	78
3.6.1.	Introdução	78
3.6.2.	Medidas de Política.....	79
3.6.2.1.	Revisão dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública.....	79
3.6.2.2.	Política de Formação Profissional Contínua dos Recursos Humanos da Administração Pública.....	80
3.6.2.3.	Gestão Previsional dos Recursos Humanos – Consolidação da Desconcentração da Base de Dados dos Recursos Humanos	81
3.6.2.4.	Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública – Criação da Bolsa de Emprego Público.....	81
3.7.	Reforma do Estado.....	82
3.7.1.	Enquadramento Geral da Reforma	82
3.7.2.	Dimensões da Reforma com Impacto Orçamental.....	83
3.7.2.1.	Reconceituação do Estado, Promoção da Democracia e da Cidadania	83
3.7.2.2.	Reorganização das Estruturas e do Funcionamento das Instituições do Estado	84
3.7.2.3.	Desenvolvimento, Capacitação e Avaliação dos Recursos Humanos....	85
3.7.2.4.	Modernização Administrativa.....	85
	Anexo: Mapas Orçamentais	93
	Mapa I	94
	Mapa II	94
	Mapa III	94
	Mapa IV	94
	Mapa V	94
	Mapa VI	94
	Mapa VII.....	94
	Mapa VIII.....	94
	Mapa IX	94
	Mapa X	94
	Mapa XI	94
	Mapa XII.....	94
	Mapa XIII.....	94
	Mapa XIV.....	94
	Mapa XV	94
	Mapa XVI.....	94

Índice de Figuras

Figura I -	Implicações da Crise sobre os Países de Baixo Rendimento	14
Figura II -	Crescimento do PIB e Evolução da Inflação	15
Figura III -	Crescimento do PIB por grupo de países.....	16
Figura IV -	Medidas de Combate à Crise Económica Mundial adoptadas pelo Governo de Cabo Verde.....	21
Figura V -	Comportamento das Remessas face a Crise	26
Figura VI -	Principais Indicadores Orçamentais.....	28
Figura VII -	Receitas da Administração Pública.....	31
Figura VIII -	Despesas de Administração Pública.....	34
Figura IX -	Principais Indicadores da Dívida Pública	36
Figura X -	Evolução das Finanças Públicas de 2007 a 2010.....	41
Figura XI -	Evolução das Receitas Correntes.....	43
Figura XII -	Evolução da Estrutura das Receitas Correntes.....	46
Figura XIII -	Evolução dos Benefícios Fiscais Concedidos no Triénio 2006-2008..	47
Figura XIV -	Evolução dos Benefícios Fiscais.....	47
Figura XV -	Benefícios Fiscais Atribuídos em 2008 por Sector de Actividade.....	48
Figura XVI -	Benefícios Fiscais, por sector de Actividade em 2008.....	49
Figura XVII -	Benefícios Fiscais, por Concelho no Triénio de 2006/2008.....	50
Figura XVIII -	Benefícios aduaneiros atribuídos no triénio de 2006/2008	50
Figura XIX -	Evolução das Despesas Públicas.....	59
Figura XX -	Despesa de Funcionamento por Classificação Orgânica.....	63
Figura XXI -	Evolução do Programa de Investimento em Relação ao PIB.....	64
Figura XXII -	Orçamento 2009 por Tipo de Financiamento.....	68
Figura XXIII -	Evolução de Ajuda Orçamental 2007 -2010	69
Figura XXIV -	Evolução da Execução do Programa de Investimentos por Eixos do DECRP- 2007 -2010	70
Figura XXV -	Projecção de Financiamento 2010 a 2012.....	71
Figura XXVI -	Principais Indicadores da Dívida	73
Figura XXVII -	Serviço da Dívida Pública para 2009	76
Figura XXVIII	Política da Dívida para 2010	77
Figura XXIX -	Política de Energia.....	86

Lista De Abreviaturas

ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
AN	Assembleia Nacional
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe de Desenvolvimento Económico Africano
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCE	Banco Central Europeu
BCV	Banco de Cabo Verde
BM	Banco Mundial
CE	Comissão Europeia
CGE	Conta Geral do Estado
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
DGCI	Direcção Geral das Contribuições e Impostos
ECV	Escudos Cabo-verdianos
EUA	Estados Unidos da América
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gabinete de Estudos e Estratégia
ICE	Imposto sobre o Consumo Especial
IHPC	Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor
INAG	Instituto Nacional de Administração e Gestão
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MECC	Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade
MF	Ministério das Finanças
OFID	OPEC Fund for International Development
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTNS	Obrigações do Tesouro Nova Série
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNLPR	Programa Nacional de Luta contra Pobreza Rural
PSI	Policy Support Instrument
QDMP	Quadro de Despesas a Médio Prazo
SIM	Sistema de Informação Municipal
TIM	Titulo de Intervenção Monetária
TRM	Titulo de Regulação Monetária
USD	United States Dollars

I. Contexto Internacional – Evolução Recente e Perspectiva

1. A economia mundial tem enfrentado nos últimos tempos uma forte recessão cuja origem remonta a crise imobiliária que eclodiu no verão de 2007 nos E.U.A e se alastrou para os diversos sectores de actividade. Ainda que os E.U.A tenha sido inicialmente o mais afectado pela intensificação das pressões do sector financeiro e pela erosão do sector imobiliário, vários países, com destaque para os da Europa do Leste e da Ásia, foram duramente atingidos através das restrições a nível do comércio global e dos próprios mercados financeiros nacionais. As economias emergentes igualmente foram afectadas de forma significativa, o que pode ser comprovado pelos níveis de contracção do produto observados na região. Assim, os principais canais de transmissão da crise têm sido através do sector financeiro e do comércio, com impactos negativos tanto nas balanças comerciais, mormente exportações de matérias-primas e de manufactura, quanto no influxo de capital estrangeiro, cujas implicações directas recaem sobre o financiamento da economia desses países.
2. As últimas informações disponibilizadas pelo FMI na Actualização das Perspectivas Económicas Mundiais de Julho, apontam para que a economia mundial esteja a dar sinais de uma recuperação da mais profunda recessão Pós-Segunda Guerra Mundial, não obstante os indicadores de estabilização estarem aquém do patamar aceitável de expansão e o ritmo da recuperação ainda ser lento. As condições financeiras recentes apresentam um desenvolvimento bem acima do esperado em razão das diversas intervenções dos governos através dos pacotes de estímulos públicos disponibilizados para sustentar a confiança nessas economias, reforçados ainda pelos sinais de encorajamento evidenciados nos encontros do G-20, em inícios de Abril e em Setembro. Neste sentido, é esperado um aumento do défice orçamental tanto nas economias avançadas quanto nas emergentes, a medida que os governos vão assumindo a implementação desses estímulos orçamentais e que deverão representar cerca de 2% e 1,5% do PIB do total dos países do G-20, respectivamente em 2009 e 2010.
3. Após um primeiro trimestre decepcionante, durante o qual a actividade económica contraiu-se tão rapidamente quanto no último trimestre de 2008, os

últimos dados apontam para a retoma do crescimento a nível global, ainda que em níveis bastante modestos. Contudo, ainda é necessária uma certa reserva para o grupo das economias avançadas, cujas expectativas de uma recuperação sustentável estão previstas para meados de 2010. Assim sendo, as projecções reajustadas, para a economia mundial sugerem uma contracção em torno de 1,4% durante o ano de 2009 para uma posterior expansão a volta de 2,5% em 2010, portanto um acréscimo de 0,6, p.p., em relação aos dados publicados em Abril, o que deverá reflectir os resultados das injeções a economia a serem feitas durante o último semestre de 2009. De acrescentar ainda que a velocidade da recuperação está bastante dependente da interacção e do equilíbrio entre os diversos factores, como sejam da redução dos entraves resultantes do choque financeiro, da retoma do crescimento do comércio internacional e da redução das incertezas e conseqüente recuperação da confiança dos agentes económicos.

4. Relativamente aos preços, com a contracção da actividade global regista-se uma forte redução do consumo de *matérias-primas*, tendo em conta a queda generalizada na procura, o que vem provocando fortes pressões deflacionistas nos últimos meses. Todavia, recentemente os preços das *matérias-primas* começaram a se restabelecer, reflectindo o reforço do sentimento de mercado, a depreciação do dólar e outros factores específicos relacionados com as *commodities*. O preço do petróleo tem ido de encontro com as percepções do mercado, condicionadas particularmente pelo aumento das perspectivas da procura e igualmente pela manutenção pelos membros da OPEP da baixa quota de produção. Em Julho, os preços flutuaram entre os 60 e os 70 USD o barril de petróleo. A 5 de Agosto o *brent* era transaccionado a 73,4 USD, valor este 86% acima dos preços registados no começo do ano. Em termos de expectativas, os agentes do mercado aguardam por aumentos de preço a médio prazo, estando os contratos futuros para Dezembro de 2011 a serem negociados a 84 USD o barril. Contudo, para 2010 a média de preço deverá ficar-se pelos 74,5 USD o barril, valor este não muito acima dos actuais preços, já que se prevê que a alta da capacidade de produção deverá compensar a crescente procura nesse período.

5. A inflação mundial atingiu no mês de Maio cerca de 1,7%, em bases anuais, valor este abaixo em cerca de 6% relativamente ao período anterior. Nas economias avançadas encontra-se em patamares negativos, tendo em conta os efeitos dos baixos níveis dos preços dos combustíveis, anteriormente verificados. Nos países da OCDE, a inflação atingiu pela primeira vez em Junho cerca de -0,1%, que se compara ao 0,1% registado no mês anterior. A *core inflation* (excluindo os alimentares e os energéticos), nesta região situou-se nos 1,7% no mesmo período. Igualmente nos países emergentes tem-se evidenciado alguma moderação no nível de preços tendo a inflação caído para os 4,5% em Maio corrente.

E.U.A

6. Os indicadores mais recentes referentes aos E.U.A apontam para uma redução no ritmo de contracção da actividade económica, reflectida tanto no sector da habitação quanto no mercado de trabalho. As últimas estimativas avançadas pelo Banco Central Europeu sugerem um crescimento do PIB em torno de 1% no segundo trimestre, em bases anuais, o que corresponde a um decréscimo substancial de cerca de 6,4% comparativamente ao trimestre anterior. As exportações e o investimento fixo privado continuam a ser o grande entrave para o crescimento da economia nesse período. Embora já sejam evidentes sinais de uma recuperação da confiança dos consumidores, o consumo ainda continua a pesar contra o crescimento do PIB. Deve-se, contudo, acrescentar que a queda no produto real tem sido em parte compensada pela expansão das despesas públicas e pelo arrefecimento das importações. Tais desenvolvimentos são consistentes com as previsões para o produto calculadas para o segundo semestre. E neste sentido, para o conjunto do ano de 2009 o FMI projecta um crescimento real de -2,6%, acima dos -2,8% da projecção anterior do mês de Abril, devendo a recuperação do crescimento da economia acontecer em 2010.
7. No que diz respeito a inflação, o US CPI tem evoluído de forma negativa, tendo caído dos -1,3% em Maio para -1,4% em Junho, trajectória esta justificada essencialmente pela queda nos produtos energéticos. A *core inflation* por sua vez

caiu para 1,7% em Junho que se compara aos 1,8% de Maio. De realçar contudo, que os efeitos negativos dos preços dos energéticos estão gradualmente a desaparecer, podendo atingir níveis positivos nos próximos períodos.

8. Em termos de decisão de política monetária, o Comité do Mercado Aberto da Reserva Federal optou por manter inalterada a meta para a sua taxa de referência, *fed fund*, no intervalo de [0% a 0,25%]. Tendo em conta as expectativas para a inflação, a Reserva Federal continuará a recorrer às medidas não convencionais por forma a dar suporte ao mercado financeiro e estimular a economia.

Zona Euro

9. Na zona euro os indicadores de consumo e de negócio têm apresentado alguma recuperação, todavia os dados globais referentes a actividade económica apresentam fracos sinais de recuperação. O facto é que a economia tem seguido ao longo de 2009 uma trajectória de continua contracção tanto ao nível da procura doméstica quanto da procura global. O PIB contraiu cerca de 2,5% no primeiro trimestre e as projecções são de manutenção desta tendência até o final do ano, ainda que a um ritmo mais moderado. As expectativas de recuperação e estabilização gradual do crescimento situam-se igualmente no ano de 2010. Durante o primeiro trimestre de 2009, a queda na procura foi provocada pela deterioração de todas as suas componentes, tendo a procura externa reduzido significativamente em consequência do colapso no comércio mundial. As despesas com o consumo revelam contudo, taxas de crescimento menos negativas já no segundo trimestre, tendo na sua base a conjugação dos seguintes factores: a recente dinâmica no comércio a retalho; os subsídios do governo para a compra de carros novos e por último a recuperação do índice de confiança dos consumidores – ainda que a baixos níveis – que desde meados de 2007 vinha seguindo uma tendência negativa. De acrescentar ainda que a produção industrial começou a apresentar melhorias, tendo crescido cerca de 0,6% em Maio, após um período consecutivo de queda iniciado em Setembro do ano passado. Assim, com base nos actuais desenvolvimentos macroeconómicos tanto a nível da região quanto a nível mundial, o BCE prevê, na publicação das suas projecções de

Setembro corrente, crescimentos do PIB real, em média anual, a rondar os intervalos de [-4,4% ; -3,8%] e [-0,5% ; 0,9%] para 2009 e 2010, respectivamente.

Inflação

10. A inflação medida pelo HIPC caiu de 0% em Maio para -0,1% em Junho, traduzindo assim um declínio generalizado dos componentes desta cesta. Para Julho estima-se um ligeiro aumento para -0,6% comparativamente ao mês anterior. De notar a redução dos preços da electricidade para consumo e do gás, o que reflecte a queda dos preços dos combustíveis nos períodos anteriores. Na sequência dos desenvolvimentos previstos para a economia da zona euro é esperado um arrefecimento das pressões inflacionistas. Assim, as projecções do BCE sugerem uma taxa de crescimento do HIPC, em termos de média anual, a situar-se no intervalo de [0,2%; 0,6%] em 2009, que se compara aos 3,3% registados em 2008. Em 2010 este intervalo deverá aumentar para [0,8% ; 1,6%].

Taxas de Juros

11. Na reunião do Conselho de 6 de Agosto, o Banco Central Europeu decidiu manter inalterada em 1% (o valor mais baixo de sempre) a principal taxa de juro do Eurosistema. Após uma política de sucessivos cortes nas taxas de juro iniciada em Outubro de 2008, o consenso é de que esta taxa se mostra apropriada ao actual cenário. À 8 de Setembro as taxas EURIBOR a um, três, seis e doze meses situaram-se em 0,464%, 0,788%, 1,055% e 1,274%, respectivamente, mantendo a tendência decrescente iniciada em 2008. De notar que as referidas taxas apresentam actualmente variações expressivas relativamente ao mesmo período do ano transacto em torno de -89,7%, -99,8%, -80,2% e -75,3%, na respectiva sequência, reflectindo assim as implicações das medidas de política monetária no mercado.

Taxa de Câmbio

12. De Junho à Julho de 2009 observou-se uma certa estabilidade da cotação euro/dólar, após um período de apreciação da moeda europeia ocorrido em Maio e que se ficou a dever a volatilidade dos preços no mercado e que

consequentemente fez aumentar o apetite dos investidores a maiores riscos. Já em Agosto o euro era transaccionado a 1,44 USD, cerca de 8,5% acima do valor registado em Abril, todavia 2% abaixo da média observada em 2008.

Mercado de Trabalho

13. As condições no mercado de trabalho da zona euro mantêm a tendência de deterioração dos últimos meses. As estimativas do primeiro trimestre do ano confirmam a aceleração no ritmo de despedimentos em razão dos decréscimos verificados tanto no sector industrial quanto no da construção. A taxa de desemprego atingiu em Junho os 9,4%, cerca de 0,1 p.p. acima do valor registado no mês anterior (em igual período do ano transacto havia sido de 7,3%). As perspectivas são de aumento do nível de desemprego tendo em conta os patamares pouco satisfatórios da confiança dos agentes económicos e os efeitos da deterioração da actividade económica na região.

Japão

14. A economia japonesa começa a apresentar sinais de alguma estabilização, de acordo com os últimos indicadores de negócios, após um período de profunda contracção. De notar que no primeiro trimestre do ano a economia atingiu um recorde de crescimento negativo, em torno dos 3,8%. As informações do Banco Japonês referentes ao segundo trimestre demonstram que a confiança dos investidores no sector da manufactura evoluiu positivamente e de forma bastante significativa em comparação com o trimestre anterior. Em outros sectores igualmente se verificaram crescimentos positivos que não se observavam desde há dois anos atrás. São evidentes importantes incrementos na produção industrial e nas despesas de consumo real. É de realçar ainda o progresso registado com os ajustamentos nos investimentos e o bom resultado das políticas orçamentais implementadas. Contudo, as projecções para o PIB real no conjunto do ano de 2009 apontam para um crescimento negativo em torno dos 6%, aguardando pela inversão desta tendência em 2010.

15. A inflação mantém-se em terreno negativo, tendo o CPI caído para -1,8% em Junho quando se situava em -1,1% no mês anterior. Esta trajectória reflecte essencialmente a redução dos custos energéticos e a recessão económica do país.

Países Emergentes da Ásia

16. As novas economias industrializadas da Ásia (Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura, Taiwan) têm apresentado declínios no seu crescimento entre os 10% e os 25%, enquanto que os países emergentes do sudeste asiático evidenciam estragos ainda mais profundos nas suas economias. Esses declínios justificam-se essencialmente pelo colapso na procura de bens de consumo duráveis e de capital nas economias avançadas, associado a deterioração das condições financeiras globais. A China e a Índia têm sido afectados particularmente pela contracção observada no sector das exportações, contudo as suas economias continuam a crescer tendo em conta que a participação do comércio na estrutura do seu PIB é pequena. Para além disso, os governos desses países vêm reforçando a actividade económica internamente através de estímulos orçamentais.
17. Os dados mais recentes, todavia apontam para uma melhoria na globalidade dos países da região, com os indicadores a assinalarem uma recuperação económica a partir do segundo trimestre de 2009. Após as drásticas reduções no comércio internacional, as estimativas são de crescimentos positivos desta variável em diversos países. Nota-se também um bom comportamento da procura interna impulsionado pelas medidas de políticas macroeconómicas expansionistas implementadas. Contudo os efeitos da crise ainda se fazem sentir principalmente no que diz respeito ao aumento do desemprego com consequências directas no consumo privado. A inflação continua a decrescer, com valores negativos em alguns países.
18. Relativamente a China, o PIB real cresceu cerca de 7,9% no segundo trimestre contra os 6,1% registados no primeiro. De realçar a recuperação dos

investimentos em activos fixos que só nos últimos seis meses cresceram 34%, enquanto que se observa um enfraquecimento na procura externa. Seguindo a tendência mundial, a inflação situou-se em -1,7% em Junho, que se compara aos -1,4% de Maio.

América Latina

19. Nos países da América Latina, assim em outras economias emergentes, o sector financeiro têm sofrido os custos da crise nas economias avançadas, sendo evidente a redução na entrada de capital externo e os efeitos do declínio nos preços das *commodities*. De notar que a Argentina, o Brasil, o Chile, o México e a Venezuela, estando entre os maiores exportadores mundiais de matérias-primas, naturalmente ressentem-se da recessão económica dos países avançados – particularmente dos E.U.A que figuram como o principal parceiro comercial da região –, e cujos efeitos se traduzem na queda da procura externa, redução das receitas das exportações e do turismo e das remessas.
20. Os dados mais actuais apontam contudo, para uma recuperação em termos globais na actividade económica da região enquanto que as pressões inflacionistas vêm gradualmente se reduzindo. No Brasil a produção industrial caiu cerca de 11% em Junho, em bases anuais. A inflação por sua vez diminuiu no mesmo período para 4,9% relativamente a Maio, quando atingiu os 5,4%. O Banco Central do Brasil decidiu em Junho, fixar a principal taxa de juro nos 9,25% após um corte de 100 pontos base. Já na Argentina a queda na produção industrial foi de 1,7% em Maio e no México em Junho de 10,6%. A inflação nos dois países caiu para 5,3% e 8,8% respectivamente, no mês de Junho.

África Subsahariana

21. Apesar da sua fraca exposição ao sector financeiro dos países avançados, o continente africano não ficou imune ao desenrolar da crise económica mundial. As consequências mais severas recaíram sobre a procura externa, havendo uma deterioração nas exportações africanas acompanhada da redução das remessas enviadas ao continente. A queda nos preços das *commodities* fizeram baixar as

receitas dos países exportadores de matérias-primas e por outro lado, as restrições ao crédito tiveram como efeitos imediatos a redução dos investimentos directos estrangeiros. Tais factores, em associação, conduziram a uma desaceleração significativa no ritmo de crescimento da actividade económica da região que nos últimos anos vinha seguindo uma tendência bastante positiva, tendo o PIB crescido cerca de 6,2% e 5,2%, respectivamente nos anos de 2007 e 2008. Neste cenário, as projecções para o crescimento em 2009 rondam os 1,8% para o continente, devendo a região da África Sub-sahariana ficar-se pelos 1,5%. A redução nos investimentos e na produção de combustível e de minerais apresenta-se assim como um dos grandes entraves a recuperação económica do continente em 2009 e 2010.

22. De destacar ainda que, particularmente na região da África Sub-sahariana, de acordo com o relatório da OCDE sobre as perspectivas para a economia africana publicado este ano, muitos países continuam a enfrentar sérios problemas humanitários que terão seus impactos no progresso económico. Igualmente a estabilidade económica recentemente alcançada por alguns desses países poderá estar comprometida pela actual conjuntura de recessão global. Quanto a inflação, de realçar que esta ainda permanece num patamar elevado devendo rondar os 10,4% em 2009, contudo para o ano seguinte espera-se uma ligeira redução para os 7,1%.

Figura I - Implicações da Crise sobre os Países de Baixo Rendimento

De acordo com o FMI, prevê-se um maior impacto, face às perspectivas iniciais, da crise financeira internacional sobre os Países de Baixo Rendimento (PBR), especialmente os localizados na região da África Sub-sahariana. Espera-se deste modo que medidas de política urgentes sejam tomadas pelos governos, com a colaboração da comunidade internacional de forma a suavizar o efeito de *spill over* sobre estas economias.

Particularmente para esse grupo de países, projecta-se um aumento das necessidades de financiamento em torno de 25 mil milhões USD, de forma que uma assistência externa adicional deverá ser requerida para mitigar os impactos negativos da crise mundial. De salientar que nunca os países menos desenvolvidos estiveram tão expostos às flutuações mundiais, uma vez que se encontram agora mais integrados na economia global quer através do comércio e do investimento directo estrangeiro (IDE), quer através dos fluxos de remessas dos emigrantes. Assim sendo, as últimas projecções ilustram uma deterioração da conta corrente em cerca de 3% do PIB, para esse grupo de países, com uma maior prevalência da redução das exportações. Os termos de troca registarão igualmente forte deterioração na sequência da queda dos preços das *commodities*.

Por sua vez, as remessas apresentaram até a metade do ano de 2008 uma certa estagnação e para 2009 prevê-se forte contracção. No entanto, alguns dados sugerem que em alguns países o declínio

poderá não ser tão substancial.

O peso do IDE cresceu acentuadamente nas economias de baixo rendimento ao longo das últimas duas décadas. Os dados recentes apontam para uma profunda contracção do IDE em 2009, em cerca de 20% comparativamente aos níveis de 2008. Neste sentido os impactos na balança de pagamentos e consequentemente nas reservas internacionais far-se-ão sentir de forma negativa, tendo em conta as reduções em termos nominais do IDE e a deterioração dos termos de troca, aumentando consideravelmente os riscos de financiamento destas economias. Só na América Latina, 90% dos países registarão reservas abaixo de três meses de importações, devendo o mesmo acontecer com 60% do total dos PBR, enquanto que, na Ásia, a situação deverá ser pior, com alguns dos países a garantirem reservas para apenas 0,5 meses de importações.

Perspectiva-se igualmente uma deterioração da posição orçamental na maioria desses países, devendo as receitas governamentais reduzirem-se significativamente, tendo em conta o arrefecimento da actividade económica e a queda dos preços das *commodities*. Possíveis reduções dos donativos e restrições nas condições de financiamento poderão induzir a maiores pressões nos orçamentos desses países.

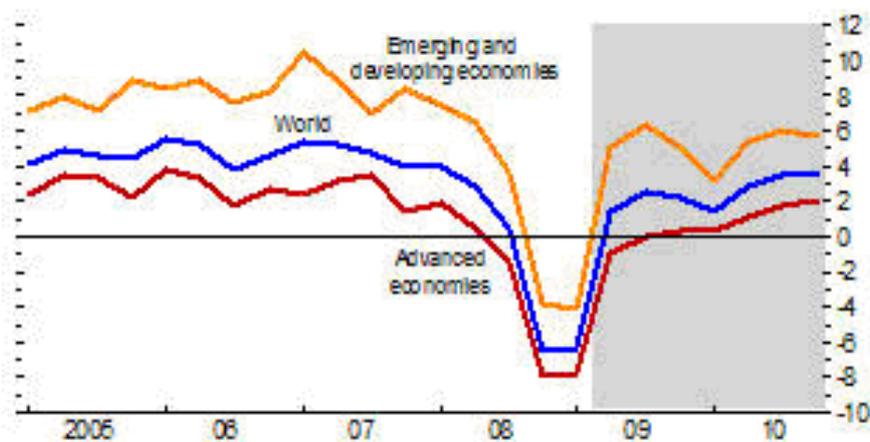
Neste sentido, é crucial o apoio da comunidade internacional na criação de *buffers* para suavizar o impacto negativo da crise financeira na actividade real, limitando as suas implicações na pobreza.

Fonte: Implicações da Crise Financeira Mundial sobre os Países de Baixo Rendimento/ FMI - Março 2009

Figura II - Crescimento do PIB e Evolução da Inflação

	Estimativas	Projeções	
	2008	2009	2010
PIB REAL			
Economia Mundial	3,1	-1,4	2,5
Economias Avançadas	0,8	-3,8	0,6
EUA	1,1	-2,6	0,8
Zona Euro	0,8	-4,8	0,6
Japão	-0,7	-6,0	1,7
Outras Economias Avançadas	1,6	-3,9	1,0
Mercados Emerg. Econ. Em Desen.	6,0	1,5	4,7
China	9,0	7,5	8,5
Índia	7,3	5,4	6,5
Brasil	5,1	-1,3	2,5
África	5,2	1,8	4,1
Sub-Sahariana	5,5	1,5	4,1
INFLAÇÃO			
Economias Avançadas	3,4	0,1	0,9
Mercados Emerg. Econ. Em Desen.	9,3	5,3	4,6

Fonte: Actualizações das Perspectivas Económicas Mundiais Julho/2009 – FMI

Figura III - Crescimento do PIB por grupo de países

Source: IMF staff estimates.

2. Economia de Cabo Verde – Evolução Recente

2.1. Desempenho Global de 2008

23. De acordo com as estimativas mais recentes, a economia cabo-verdiana manteve em 2008 a boa tendência dos últimos anos tendo o PIB real apresentado um crescimento em torno dos 6%. Apesar de estar abaixo do valor registado no ano transacto em cerca de 1,8 p.p., situa-se num patamar favorável tendo em conta os actuais desenvolvimentos na esfera internacional, caracterizada pelos efeitos nefastos da recessão económica em cadeia vivenciado por diversos países, com destaque para os da zona euro que se figura como uma referência para Cabo Verde.
24. De realçar que, em meio a este contexto globalmente adverso, a sustentar essa evolução positiva da economia nacional esteve essencialmente a procura interna, cuja dinâmica se reconhece particularmente através dos investimentos públicos que no ano em referência apresentaram uma taxa de execução recorde, a volta dos 94%, em termos absolutos acima dos 16.600 milhões ECV. Por outro lado, o sector privado contribuiu para esta trajectória através da boa performance apresentada pelo crédito ao sector privado, não obstante a forte desaceleração ocorrida nos Investimentos Directos Estrangeiros e nas exportações de serviços,

com destaque para os associados à actividade turística cujas receitas registaram um crescimento no ano em torno dos 7,8%.

25. Relativamente aos preços, observou-se um aumento da inflação nacional na decorrência das pressões inflacionistas verificadas a nível mundial, justificadas pelo aumento dos preços das *commodities*. De notar que neste ano se registaram recordes no preço do petróleo, tendo o *brent* atingido o preço histórico de USD 147,5 o barril no mês de Julho. Não obstante, já mais para o final do ano observou-se uma inversão da tendência altista dos preços, tendo em conta o abrandamento na actividade económica e a queda nos preços das matérias-primas. Assim, a inflação anual nacional atingiu os 6,8%, superiores em 2,4 p.p. do valor registado no ano anterior, tendo na sua base a alta dos preços dos bens alimentares e dos energéticos a nível mundial.

26. A situação das finanças públicas apresentou uma melhoria no decorrer de 2008, resultado não só de um aumento das receitas fiscais, em virtude de um bom desempenho do IVA e do IUR mas também de uma boa execução das receitas não fiscais, conjugada com uma boa execução das despesas de investimentos, canalizados essencialmente para a infra-estruturação económica do país, atingindo uma média de 12,4% do PIB, mais 0,9 p.p do que o valor registado em 2007.

27. No concernente às receitas totais, incluindo donativos, atingiram os 29,6% do PIB e relativamente às despesas, totalizaram cerca de 31,2% do PIB, o que tem sido coerente com a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida.

28. Em 2008, a execução orçamental traduziu-se num nível de despesas totais de cerca de 41.767,9 milhares de contos, apresentando uma taxa de execução de 94% do orçado. As despesas correntes ascenderam a cerca de 25.164,1 milhares de contos, com a principal rubrica, despesas de pessoal, a totalizar cerca de 11.329,5 milhares de contos, crescendo em termos absolutos cerca 427,7 milhares de contos e em termos relativos cerca de 3,9%, mantendo a

mesma percentagem face ao ano transacto, o que representa 45% das despesas correntes.

29. Os investimentos públicos alcançaram uma execução em 2008 de 16.603,8 milhares de contos, o que representa cerca de 94,4% do orçamentado e um crescimento de 18,9% face ao período homólogo do ano anterior.
30. Do lado das receitas, as totais situaram-se à volta de 39.676,9 milhares de contos, com um crescimento de 2,6%. As receitas fiscais atingiram aproximadamente 29.586 milhares de contos, um crescimento em termos homólogos de 12,8% e os donativos e receitas não fiscais atingiram um crescimento de 8,1% e 5,5% respectivamente. Relativamente à receita de capital, o decréscimo de 76,7% é justificado essencialmente pela não ocorrência em 2008, do mesmo nível de alienação do património do Estado ocorrido em 2007.
31. O saldo global situou-se à volta de 2.091 milhares de contos negativos, representando 1,6% do PIB, o que corresponde a um valor significativamente abaixo do valor orçamentado (2,6% do PIB), representando uma deterioração de 2,7 p.p. do PIB relativamente ao ano anterior (devido a situação atípica ocorrida em 2007 com a alienação do património do Estado), reflectindo por conseguinte um bom comportamento das receitas fiscais, não fiscais e donativos e por outro lado, um forte incentivo dado a execução da despesa de investimento público em 2008. Entretanto, o financiamento do programa de investimento público ficou a cargo, na sua maioria, da componente externa, atingindo cerca de 3.297 milhares de contos do financiamento externo líquido, tendo o Estado reduzido mais uma vez o crédito líquido junto do sistema bancário. Os desembolsos rondaram cerca de 5.152 milhares de contos e as amortizações 1.906 milhares de contos.
32. Com referência ao sector monetário e cambial, o destaque vai para a boa acumulação das reservas internacionais no valor total de 278,75 milhões de euros, de acordo com os dados mais recentes, o que representa um aumento em termos absolutos de 21 milhões de euros, portanto cerca de 8,2% acima do

registado em 2007. Este montante equivale a quatro meses de importação efectiva do ano.

33. O crédito interno manteve a sua tendência expansionista ao apresentar um crescimento a volta dos 18,8%, explicada essencialmente pela evolução bastante positiva do crédito a economia em cerca de 28,7%. De referir que este aumentou o seu peso no crédito interno total em 6,1 p.p face a 2007, passando a representar cerca de 79,8% neste ano. O crédito privado, com um crescimento de 29,5%, representou cerca de 99% do total concedido à economia. Por sector de actividades, foi distribuído entre o crédito à habitação, 64,1%, e o crédito destinado a outros fins, 35,9%.
34. Por sua vez, o crédito ao sector público administrativo, cujo peso no total do crédito interno diminuiu de 26,9% em 2007 para 20,2% em 2008, continuou a sua trajectória descendente ao registar uma queda de 8,1%, reflexos dos desenvolvimentos observados no crédito ao governo central, item de mais peso nesta rubrica e que apresentou uma redução de 16,5%. Influenciada por tais acontecimentos, a massa monetária (M2) registou um crescimento moderado em torno dos 7,9%, tendo acumulado um total de 102.088,9 milhões no ano.
35. No concernente ao sector externo, constatou-se uma deterioração do défice da conta corrente, devendo-se destacar a desaceleração das receitas das viagens de turismo em cerca de 26,5 p.p. comparativamente a 2007 quando haviam crescido cerca de 34,3% e que tem na sua origem a actual retracção observada nas economias dos principais países emissores de turistas para Cabo Verde. Não obstante, do lado das transferências oficiais, observou-se uma evolução positiva das remessas dos emigrantes, ainda que num patamar modesto, tendo crescido cerca de 2,4% em 2008. De acrescentar ainda a profunda desaceleração dos investimentos directos estrangeiros para os 4% que se compara aos 33,3% registados no ano transacto, reflectindo assim uma das consequências imediatas da crise financeira que se prende com o aumento das restrições das condições creditícias a nível mundial.

2.2. Apreciação Global do Primeiro Semestre e Perspectivas para 2009

36. As últimas projecções para a evolução da economia cabo-verdiana em 2009 apontam para um crescimento do PIB real em torno dos 5%, uma revisão em baixa tendo em conta o valor inicialmente previsto no OE/09. Tal reajuste se justifica considerando-se as repercussões negativas da actual conjuntura internacional de crise sobre determinados sectores da economia nacional. Não obstante as retracções observadas particularmente nos investimentos externos ligados a imobiliária e ao turismo, esse patamar de crescimento deverá ser sustentado pela boa execução do investimento público, cuja taxa deverá estar em linha com o observado em 2008. É de se salientar que com o objectivo de impulsionar o crescimento da actividade económica em 2009, o governo decidiu adoptar diversas medidas de entre as quais se destaca a reprogramação do OE/09, resultando assim numa expansão do programa de investimento público em cerca de 15% face ao inicialmente orçado. Espera-se assim, com este importante reforço, garantir a dinâmica da procura interna quer através do investimento quer através do consumo e cujos reflexos far-se-ão sentir igualmente no nível da expansão do crédito à economia.
37. De acrescentar que, os efeitos da crise mundial no ritmo de crescimento da economia nacional têm sido mitigados através de um importante suporte do Governo à economia, graças ao espaço fiscal/orçamental que vinha sendo criado nos últimos anos e que se tem traduzido num conjunto de medidas anticíclicas visando igualmente a protecção da população mais vulnerável das consequências nefastas da crise económica.

Figura IV - Medidas de Combate à Crise Económica Mundial adoptadas pelo Governo de Cabo Verde

Diversas medidas vêm sendo adoptadas pelo Governo visando por um lado, amenizar os efeitos da crise internacional sobre a economia de Cabo Verde e, por outro, melhorar a competitividade das empresas e proteger o poder de compra das famílias, nomeadamente:

- Ajustamentos na pauta aduaneira que consistiram na redução dos direitos aduaneiros e eliminação do IVA sobre os cereais;
- Transferência de subsídios à Electra em 2008 (no montante de 424,6 milhões de escudos) de modo a assumir o défice tarifário acumulado, devido à decisão do Governo de não deixar repercutir no mercado interno a alta dos preços dos factores de produção nos mercados internacionais, protegendo sobretudo a utilização pelas famílias destes bens essenciais (electricidade e água) e a estrutura de custos das Pequenas e Médias Empresas;
- Adopção de um quadro de políticas fiscais para a recuperação das dívidas das empresas em situação financeira difícil;
- Redução do Imposto Único sobre o Rendimento. A nível do IUR PS decidiu-se pela redução de taxa em todos os escalões de rendimentos, variando essa redução entre os 3,3 e os 10 pontos percentuais. Em relação aos contribuintes tributados pelo método de verificação (ou seja a nível do IUR PC), a redução da taxa é de 5 pontos percentuais, isto é, a taxa passa de 30% para 25% com efeitos retroactivos aos rendimentos de 2008;
- Aumento da pensão social mínima em 2,5%, que se situa agora em 3.500 ECV (quando em 2005 era de 3.000 ECV) conjugado com o aumento do número de beneficiários, com a generalização à todos os idosos que não beneficiem de outro esquema de protecção;
- Mobilização de Financiamento para Projectos: O Governo tem trabalhado num *pipeline* de projectos que terão impacto directo no combate aos efeitos dos choques exógenos negativos. Tendo em consideração todo o engajamento do Governo de Cabo Verde neste processo, espera-se poder contar, mais uma vez, com o apoio dos parceiros no financiamento desse *pipeline*.

Reajustes na Política Orçamental face a Evolução Recente

- Com o objectivo de compensar a redução dos influxos de capital externo e os efeitos que se fazem sentir sobre a economia real, o Governo decidiu expandir o Programa de Investimento Público em cerca de 15% face ao inicialmente orçado, de modo a suportar o consumo interno e o investimento.

Tomando como base o agravamento da crise internacional e o seu reflexo já sentido na arrecadação das receitas fiscais e perspectivando-se a não realização das receitas com venda de terrenos, decorrente das contracções no sector imobiliário ao nível nacional, o Ministério das Finanças na sua estratégia permanente de consolidação orçamental, apostou na redução e a suspensão

temporária de algumas despesas orçamentadas em 2009, para corrigir o cenário actual de alguns desequilíbrios eminentes na execução orçamental em 2009. Assim, ao abrigo da Lei de Enquadramento Orçamental nº 78/V/98, de 7 de Dezembro, o Ministério das Finanças decidiu o seguinte:

- Que os recrutamentos (inclusive quadro especial) previstos no orçamento em vigor, poderão ser efectuados a partir do segundo semestre do ano corrente, depois de analisados caso a caso;
- Que os novos contratos de avença só poderão ser celebrados mediante autorização prévia do Ministério das Finanças;
- Que ficam cativos 10% do total das verbas orçamentadas nas rubricas Electricidade, Água, Comunicações, Seguro e Vigilância e Segurança;
- Que ficam cativos 15% do total das verbas orçamentadas nas rubricas Deslocações e Estadias e Combustíveis e Lubrificantes;
- Que ficam cativos 20% do total das verbas orçamentadas nas rubricas Conservação e Manutenção, Equipamento de Desgaste Rápido, Consumo Secretaria, Representação, Assistência Técnica, Limpeza Higiene e Conforto, Formação e Outros Fornecimentos;
- Que fica suspensa até Outubro, a realização das despesas de Capital de Funcionamento, após a reavaliação do comportamento da execução das receitas;
- Que a execução das rubricas “ Outras Despesas Correntes”, “Indemnizações”, “Restituições” dos Encargos Comuns, carece do despacho da Ministra das Finanças;
- Que as DGPOG’s deverão, urgentemente, tomar medidas necessárias para executar os projectos de investimentos, com realce pelos que criam o capital bruto e gerem empregos;
- Que os projectos a serem executados descentralizadamente pelas Câmaras Municipais, Organizações de Sociedade Civil e Institutos públicos devem ser validados pelo departamento governamental competente na matéria e enviados a Direcção Geral do Planeamento para assinatura de Contratos Programas;
- Que os Contratos Programas a serem assinados no âmbito do programa de micro – realizações devem ter como referência os dados do QUIBB 2007 e conter ficha de projectos com previsão de criação de empregos;
- Que o processo de recrutamento de pessoal no âmbito de projectos de investimentos, deve ser submetido ao Ministério das Finanças para apreciação, ficando a sua aprovação condicionada ao estudo do impacto orçamental. Ficando salvaguardadas as despesas com pessoal (salário e segurança social) afecto os serviços, que são suportadas através do Orçamento de Investimentos;
- Que os projectos de estudos e diagnósticos serão executadas a partir do segundo semestre, após uma avaliação minuciosa da situação, à excepção dos projectos de infra-estruturação cuja realização de estudos é necessária para a execução das obras;
- Que excepcionalmente, caso a caso, a Ministra das Finanças pode autorizar o arranque desses projectos, quando devidamente fundamentado pelos sectores

38. Assim, a evolução no segundo trimestre do ano, conforme as informações avançadas pelo Boletim de Conjuntura do INE, denotam uma retoma do crescimento económico após um abrandamento registado no primeiro trimestre. O indicador de clima evidenciou uma inversão da tendência descendente que vinha seguindo desde de 2008, ficando o seu valor acima da média da série. Contudo, os sectores do turismo e da construção evoluíram desfavoravelmente nesse período, estando os níveis de confiança em patamares não registados a mais de três anos. Os principais obstáculos apresentados para este cenário dizem respeito a insuficiência da procura e as dificuldades financeiras – influenciadas pela recessão económica mundial – o que se traduz na diminuição das encomendas e das perspectivas de venda. Todavia, o indicador evoluiu positivamente para o Comércio em feira e para a Indústria Transformadora.
39. Quanto a inflação, o IPC nacional atingiu em Julho uma taxa de variação homóloga de -0,7% e a média dos últimos doze meses registou uma diminuição em cerca de 0,8 p.p. em relação ao mês anterior, situando-se nos 5%. Esse valor vem evidenciar a tendência de redução das pressões inflacionistas a nível mundial. Neste sentido, prevê-se para o conjunto do ano de 2009 uma redução da inflação para o intervalo de [1%, 2%], influenciada pela diminuição do nível dos preços dos bens importados e dos produtos alimentares tendo em conta as perspectivas de um bom ano agrícola.

Situação Monetária e Cambial

40. A política adoptada pela autoridade monetária nacional nos últimos meses tem-se orientado pela manutenção do regime de paridade fixa com a moeda europeia, ancorado no acordo de cooperação cambial com Portugal, que completou o seu décimo aniversário em 2008. Assim sendo, a estabilidade de preços e a acumulação de um nível de reservas internacionais igualmente satisfatório para as metas assumidas no âmbito do Policy Support Instrument com o FMI, estiveram como objectivos primordiais do Banco Central. De acrescentar ainda que em Janeiro de 2009 o BCV deliberou na sua reunião do dia 23 aumentar o coeficiente das Disponibilidades Mínimas de Caixa em 2 p.p. passando-o para os

16%, tendo em conta os riscos da crise mundial sobre a evolução da economia cabo-verdiana.

41. Neste contexto, relativamente as reservas internacionais, acumularam um total de 260.9 milhões de euros no semestre, o que representa uma redução em torno dos 4,2% face ao período homólogo, na decorrência de significativas operações de venda de euros a determinadas instituições financeiras. Para o final de 2009, prevê-se, de acordo com o cenário central do BCV, uma redução do stock acumulado de reservas externas em torno dos 20 milhões de euros em relação a 2008, tendo em conta a evolução dos fluxos da balança de pagamentos.
42. Para a gestão de liquidez no sistema, fez-se o recurso às operações de mercado aberto e às facilidades permanentes de absorção que totalizaram em Junho cerca de 5.815 milhões de ECV em emissão de TRM e 620 milhões de ECV em TIM, enquanto que as facilidades alcançaram os 6.523,9 milhões de ECV. Tais medidas traduziram-se numa redução do excesso de liquidez em cerca de 16,3% face ao mês anterior.
43. A massa monetária registou em Junho um ligeiro acréscimo de 1,6% face ao período homólogo. Das suas componentes realça-se a manutenção da trajectória descendente do M1, que apontou uma queda de 4,6%, em termos homólogos, na sequência das reduções observadas tanto na circulação monetária, 1,2% – explicada pelo maior acesso à outros meios de pagamentos – quanto nos depósitos à ordem, 5,3% – preteridos pelos depósitos à prazo, conforme se pôde constatar. Para o conjunto do ano espera-se um crescimento do M2 em pelos 7,7% relativamente ao ano transacto.
44. O crédito interno por sua vez acusou um crescimento de 15,5% em termos homólogos resultante essencialmente da trajectória expansionista do crédito à economia, 19,8%, sendo a maior parte destinada ao crédito ao sector privado que efectivamente cresceu cerca de 20% no mesmo período. Do outro lado, o crédito líquido ao sector público administrativo registou um ligeiro aumento de 1,5%, tendo contudo o crédito ao governo central mantido a linha de redução

observada nos últimos tempos, com uma queda de 5,7% no semestre, face ao homólogo. Os depósitos igualmente registaram uma variação negativa em torno dos 9,8%.

Sector Externo

45. Os acontecimentos na esfera internacional têm tido uma repercussão negativa particularmente na balança de pagamentos cabo-verdiana e neste sentido se percebe uma deterioração do défice da conta corrente explicada essencialmente pela queda nas exportações de serviços com especial incidência nos ligados a actividade turística cujas receitas das viagens registaram uma profunda retracção a volta dos 33% no semestre comparativamente ao período homólogo, reflectindo assim a redução significativa que se observa nos fluxos de turistas que visitam Cabo Verde.
46. Nas exportações de bens, salienta – se o aumento do défice comercial em cerca de 10%, impulsionado simultaneamente pela queda das exportações em cerca de 38,9% – dada a redução observada nas reexportações – e pelo acréscimo nas importações em torno dos 2% – com destaque para as de bens alimentares e de combustíveis que aumentaram tanto em valor quanto em volume.
47. Do lado das transferências correntes, verifica-se um crescimento de 21% sustentado pelo bom comportamento quer das transferências oficiais, 19,2%, – tendo em conta o aumento nesse período dos desembolsos da ajuda orçamental e dos fundos do MCA – quer das remessas dos emigrantes, ainda que a um ritmo mais moderado, 6,6%.
48. No concernente a balança financeira, deve-se realçar a expressiva redução dos influxos de capital externo destinados ao investimento directo estrangeiro em torno dos 53,8% em comparação com o período homólogo. O investimento directo estrangeiro (IDE) em Cabo Verde tem sido direccionado, na sua maioria, para o sector da imobiliária turística, seguido do sector financeiro. Assim, considerando a actual conjuntura internacional, na qual quase todos os bancos

têm estado a limitar o acesso ao crédito, as dificuldades de financiamento têm – se proliferado para além de financiamentos a curto prazo nas economias avançadas. Muitas instituições/empresas fora do sector financeiro não têm conseguido obter *working capital*, e algumas têm dificuldades mesmo em mobilizar fundos a longo prazo o que coloca pressões negativas sobre o investimento privado. Neste sentido, Cabo Verde não foge à regra, o que fica comprovado pelos actuais desenvolvimentos observados nesta rubrica.

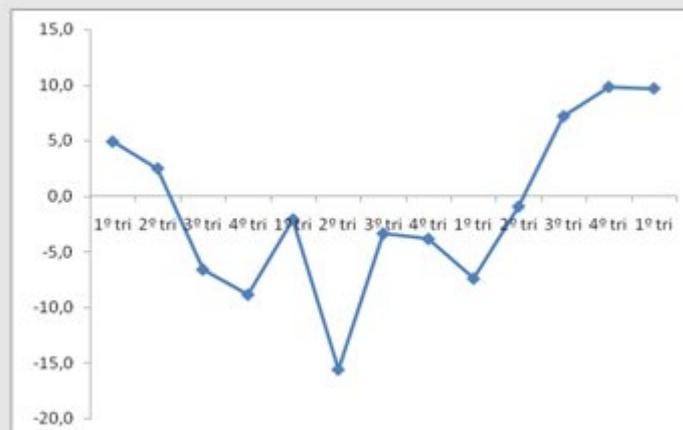
Figura V - Comportamento das Remessas face a Crise

Recorre-se aqui ao conceito de elasticidade¹ para se analisar a sensibilidade das remessas em relação às variações no PIB da zona euro, sendo esta a região de onde provém a maioria das remessas enviadas pelos emigrantes cabo-verdianos. Face às evoluções desfavoráveis da economia dessa região e, supondo uma correlação directa entre o crescimento desta economia, zona euro, e o envio de remessas, era se esperar que a elasticidade fosse igual à 1 ou então superior à unidade, indicando que esta variável reage fortemente às variações no PIB dessa região.

Não obstante, os resultados obtidos para a elasticidade, com base nos dados de 2008, sugerem que as remessas reagiram muito fracamente às mudanças verificadas na taxa de crescimento da economia da zona euro. Comparativamente ao primeiro trimestre de 2009, período em que aquelas tiveram uma boa evolução, o valor da elasticidade indica forte rigidez face às evoluções negativas do PIB daquela região. Portanto, tais resultados permitem constatar, no período em análise, a inelasticidade das remessas em relação à evolução da economia da zona euro, o que poderá sugerir uma tendência contra cíclica das remessas, potenciando a sua utilização como uma almofada aos impactos negativos já referidos.

¹ O conceito elasticidade, em termos genéricos, é definido como uma medida de resposta de uma certa variável à variações em seus determinantes.

Remessas de Emigrantes 2006-2009 (Variação Homóloga)



2.3. Finanças Públicas

2.3.1. Enquadramento

49. Para atenuar os efeitos da crise, o Orçamento do Estado 2009 propôs um conjunto de medidas, nomeadamente a redução do Imposto Único sobre Rendimento das Pessoas Singulares e Colectivas, o aumento da Pensão de Solidariedade Social e a expansão do programa de investimento público em infra-estruturas com impacto directo sobre a criação do emprego.
50. Neste contexto, e em linha com os melhores princípios orientadores das finanças públicas, a consolidação conseguida nos últimos anos evitou o caminho das medidas extraordinárias e de carácter temporário. Entretanto, com o agravamento da crise internacional e o seu reflexo já sentido na arrecadação das receitas fiscais e perspectivando – se a não realização das receitas com vendas de terrenos, decorrente das contracções no sector imobiliário ao nível nacional, no primeiro trimestre de 2009, o Governo com objectivo de mitigar os efeitos da crise, tomou as seguintes medidas: i) contenção e redução das despesas de funcionamento e ii) expansão do Programa de Investimento Público (PIP), com a inclusão de novos projectos de investimento particularmente na área da infra-estruturação, financiados essencialmente com recursos externos concessionais.
51. Assim, dados provisórios disponíveis evidenciam um saldo global (base de caixa) negativo incluindo donativos, na ordem de 1.129,5 milhares de contos, representando 0,8 % do PIB¹, contra um saldo positivo de 1.850,1 milhares de contos, 1,4 % do PIB, registado no período homólogo do ano anterior. A diminuição do saldo primário corrente de 3,7% do PIB de 2008 para 1,9% do PIB no primeiro semestre de 2009 é justificado essencialmente pela evolução menos favorável das receitas correntes relativamente às despesas correntes, influenciada pelos impactos significativos da conjuntura económica desfavorável, derivado do abrandamento do produto provocado pela crise internacional no período em análise.

¹ PIB projecção do GEE para 2008 e 2009

52. O rácio da dívida pública atingiu 54,6 % do PIB no final do primeiro semestre de 2009, cerca de 1,3 p.p. abaixo do valor registado no período homólogo. Entretanto em termos absolutos, mantém uma trajectória ascendente, devido à necessidade de financiamento do orçamento de investimento, com maior relevo para o financiamento externo concessionais.

Figura VI - Principais Indicadores Orçamentais

(em milhares de contos)

PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS						
	Jun 2008	Jun 2009	Txa.cres. %	2008 Exec.	2009 Pro.rev	Txa.cres. %
Receitas totais	18.515,7	17.224,1	-7,0%	39.676,9	40.979,2	3,3%
Receitas correntes	15.647,9	14.204,6	-9,2%	32.421,1	32.169,5	-0,8%
Receitas fiscais	14.388,2	12.555,4	-12,7%	29.586,0	26.837,9	-9,3%
Receitas de capital	2.867,8	3.019,5	5,3%	7.255,7	8.809,7	21,4%
dos quais: Vendas de Terreno	643,6	0,0	-100,0%	948,0	0,0	-100,0%
Venda de Capital Social do Estado	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Donativos	1.957,4	2.998,5	53,2%	5.740,3	8.702,1	51,6%
Despesas totais	16.665,6	18.353,6	10,1%	41.767,9	53.766,5	28,7%
Despesas correntes	11.586,3	12.454,2	7,5%	24.910,8	29.528,2	18,5%
Despesas com pessoal	4.816,8	5.820,8	20,8%	11.329,5	12.781,7	12,8%
Juros da dívida	927,5	906,1	-2,3%	1.845,4	2.292,2	24,2%
Transferências correntes	2.691,4	3.110,0	15,6%	6.188,3	6.934,8	12,1%
Despesa de Capital	5.079,3	5.899,4	16,1%	16.857,1	24.238,4	43,8%
dos quais: Despesas de investimento	5.061,7	5.849,8	15,6%	16.603,8	24.146,2	45,4%
Outras Despesas de Capital	17,5	49,6	182,8%	253,3	92,1	-63,6%
Saldo global	1.850,1	-1.129,5	-	-2.091,0	-12.787,3	-
Saldo Global, exclui. receitas c/ vendas bens capital E:	1.206,6	-1.129,5	-	-3.039,0	-12.787,3	-
Saldo corrente	4.061,6	1.750,4	-	7.510,4	2.641,3	-
Saldo de Capital	-2.211,5	-2.879,9	-	-9.601,4	-15.428,6	-
Saldo primário corrente	4.989,2	2.656,5	-	9.355,8	4.933,6	-
Saldo global (em % do PIB)	1,4	-0,8		-1,6	-9,0	
Saldo corrente (em % do PIB)	3,0	1,2		5,6	1,9	
Saldo de capital (em % do PIB)	-1,7	-2,0		-7,2	-10,9	
Saldo corrente primário (em % PIB)	3,7	1,9		7,0	3,5	

2.3.2. Análise das Receitas

53. No primeiro semestre de 2009, a receita total atingiu cerca de 17.224,1 milhares de contos, contra os 18.515,7 milhares de contos em 2008, representando um decréscimo de 7%.

54. Relativamente às receitas tributárias, a arrecadação no primeiro semestre de 2009 atingiu os 41,4% do total programado. Em termos absolutos, elas atingiram, no período em apreço, o valor de 12.555,4 milhares de contos, valor esse, inferior em 1.832,7 milhares de contos em relação ao registado em igual período de 2008 e inferior em 2.595,8 milhares de contos relativamente à previsão orçamental.
55. Em termos relativos, essas mesmas receitas registaram uma diminuição na ordem dos 12,7% em relação ao período homólogo e 17,1% em relação à previsão orçamental.
56. Para o fraco desempenho das receitas tributárias, quer em relação ao período homólogo quer em relação à previsão orçamental, contribuíram um conjunto de factores, que, para uma melhor compreensão dos factos, importa serem devidamente separados e contextualizados.
57. Em relação ao desvio registado face ao período homólogo, é importante ter em consideração as medidas de política fiscal levadas a efeito pelo Governo em 2009, medidas essas que se consubstanciam na redução substancial da carga fiscal, quer em sede do IUR – Pessoas Singulares, em media de 6,7%, quer em sede do IUR – Pessoas Colectivas, (com a redução em 5 pontos percentuais ou seja de 30% para 25% com efeito retroactivo a 2008) o que de *per si* representa uma perda de receita superior a um milhão de contos.
58. Não menos importantes são também as perdas de receitas derivadas da reforma levada a cabo em sede do Imposto de Selo. Aliás, como é do conhecimento geral, com a aprovação do novo Código do Imposto de Selo que deixou de incidir sobre as vendas e as prestações de serviços efectuadas pelas empresas, e passando a incidir exclusivamente sobre as operações societárias, as operações financeiras, as transmissões patrimoniais e sobre os actos jurídicos documentados, o governo deixou de arrecadar cerca de 1,2 milhares de contos.

59. Afora a diminuição da carga tributária atrás referida, as razões para o baixo nível de execução das receitas fiscais, no primeiro semestre de 2009, prendem-se também com a crise económica internacional, cujos efeitos se fizeram sentir em alguns sectores da economia nacional, mormente nos sectores da imobiliária turística e da construção civil. Aliás, sob o espectro da crise, o primeiro semestre de 2009, foi caracterizado por um claro abrandamento da actividade económica no país com reflexos directos na cobrança de impostos, principalmente do IVA e retenção na fonte.
60. Contudo, a par da crise atrás referida houve factores outros que também contribuíram para o desempenho negativo das receitas fiscais no primeiro semestre de 2009. Entre esses factores destacam-se, por um lado, o aproveitamento da situação por parte de alguns operadores económicos que a pretexto da crise deixaram de cumprir voluntariamente com as suas obrigações fiscais (entrega do IVA e do IUR retido na fonte), e por outro, alguma dificuldade por parte da Administração Fiscal em fazê-los cumprir com as suas obrigações. Contudo esta situação de baixa cobrança tende-se a inverter quanto mais não seja pelos sinais encorajadores que vem de fora e que perspectivam a retoma do crescimento económico a nível mundial. De salientar que os efeitos dessa retoma já começam a ser sentidos em Cabo Verde, tendo as receitas fiscais – mormente as aduaneiras –, no final do 1º semestre dado sinais claros de alguma melhoria.
61. Por sua vez, as receitas não fiscais (representando 8,8% do total das receitas correntes) apresentaram no semestre em análise um aumento de 30,9% comparativamente ao período homólogo, impulsionado principalmente pelas rubricas “ Taxas e Preços Públicos e Multas e Outras Penalidades “ em mais 70,2%. Ao contrário do que se verificou no período homólogo, os “Rendimentos de Propriedade/Rendimentos Financeiros” e “Transferências Correntes” decresceram na ordem de -18,7% e -8,1% respectivamente. Relativamente a rubrica “ Cotizações para Fundo de Providência Social”, também houve uma variação negativa 15,6% face a 2008. Esse fenómeno vem de

encontro com a decisão do Governo em consolidar a transferência dos descontos efectuados pelos funcionários públicos ao INPS.

Figura VII - Receitas da Administração Pública

(em milhares de contos)

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
	Jun 2008	Jun 2009	Txa.cres. %	2008 Exec.	2009 Pro.rev	Txa.cres. %
Receitas correntes	15.647,9	14.204,6	-9,2%	32.421,1	32.169,5	-0,8
Receitas fiscais	14.388,2	12.555,4	-12,7%	29.586,0	26.837,9	-9,3
Impostos sobre o rendimento	4.367,6	4.007,8	-8,2%	8.525,9	8.121,2	-4,7
Imposto sobre o valor acrescentado	5.676,6	4.798,4	-15,5%	11.723,5	10.401,6	-11,3
Imposto sobre bens e serviços	785,3	728,7	-7,2%	1.798,3	1.668,8	-7,2
Impostos sobre transacções internacionais	2.739,3	2.501,8	-8,7%	5.888,2	5.477,5	-7,0
Imposto de selo	696,4	467,3	-32,9%	1.465,7	1.089,4	-25,7
Outros impostos	123,0	51,4	-58,2%	184,4	79,3	-57,0
Receitas não Fiscais	1.259,7	1.649,2	30,9%	2.835,2	5.331,6	88,1
Taxas e Preços Públicos, Multas e Outras Penalidade	727,5	1.238,4	70,2%	1.913,3	3.788,9	98,0
Rendimentos de Propriedade/Rendimentos Financeii	380,3	309,1	-18,7%	604,2	477,1	-21,0
Cotização para Fundo de Previdência	28,0	23,6	-15,6%	50,8	139,1	173,7
Transferências correntes e subsídios	22,5	20,7	-8,1%	44,4	138,1	211,1
Venda de bens e serviços correntes	17,0	17,6	3,2%	51,7	49,1	-5,1
Outras receitas	84,4	39,8	-52,9%	170,8	739,3	332,8
Receitas de capital	2.867,8	3.019,5	5,3%	7.255,8	8.809,7	21,4
Privatizações	0,0	0,0	-	0,0	0,0	
Terrenos	643,6	0,0	-100,0%	948,0	0,0	-100,0
Donativos	1.957,4	2.998,5	53,2%	5.740,3	8.702,1	51,6
Outras receitas de capital	266,8	21,0	-92,1%	567,5	107,6	-81,0
Total Geral	18.515,7	17.224,1	-7,0%	39.676,9	40.979,2	3,3

Estrutura da Receita (em % do PIB)				
Receitas Correntes	11,7	10,0	24,2	22,7
Receitas Fiscais	10,7	8,8	22,1	18,9
Receitas de Capital	2,1	2,1	5,4	6,2

62. Em relação às receitas de capital, no semestre em análise situaram-se em cerca de 3.019,5 milhares de contos, representando um acréscimo de 5,3% em termos homólogos, que foi de 2.867,8 milhares de contos devido essencialmente ao contributo de donativos.

63. Relativamente aos donativos, cifraram-se em cerca de 2.998,5 milhares de contos no primeiro semestre de 2009, dos quais cerca de 1.002,9 milhares de contos corresponderam ajuda orçamental, 1.788,4 milhares de contos a

donativos directos e 207,1 milhares de contos a ajuda alimentar, apresentando um acréscimo de 53,2% em termos homólogos.

64. No que diz respeito a receita com vendas de terrenos contrariamente aos anos anteriores, não se realizou nenhuma entrada, no primeiro semestre de 2009, decorrente da manutenção das contracções no sector imobiliário externo que influenciam directamente o referido sector ao nível nacional.

2.3.3. Análise das Despesas

65. No primeiro semestre de 2009, as despesas totais atingiram 18.353,6 milhares de contos, contra 16.665,6 milhares de contos verificados no mesmo período de 2008, representando um acréscimo de 10,1%, em termos homólogos. Esta evolução ficou-se a dever, essencialmente, ao aumento das despesas de funcionamento (7,8%) e à uma boa taxa de execução do programa de investimento público (15,6%).
66. Decompondo as despesas de funcionamento, constata-se que foram principalmente a aquisição de bens e serviços, os subsídios, as despesas com pessoal e as transferências correntes, que registaram maiores acréscimos. Inversamente, registou-se uma diminuição das outras despesas correntes e juros da dívida em cerca de 22,8% e 2,3% respectivamente.
67. O comportamento da despesa com aquisição de bens e serviços correntes é justificado, na parte mais expressiva, pela inclusão neste semestre, das informações relativas às despesas com aquisição de produtos alimentares para doentes e pelo aumento generalizado das rubricas referentes às despesas com fornecimentos e serviços externos, que no mesmo semestre do ano anterior, não tinham sido incorporados nas respectivas rubricas, mas sim nas despesas por regularizar.
68. O aumento ocorrido na rubrica subsídios correntes de 35,7%, em termos homólogos, é justificado pelo pagamento das facturas de prestação de serviço público de transporte marítimo das linhas internas, referente a Novembro e

Dezembro do ano de 2008 e pelo pagamento da primeira prestação do défice tarifário da Electra 2006, assumido pelo Tesouro em 2007.

69. O acréscimo verificado na despesa com pessoal de 20,8%, resulta principalmente da conjugação dos seguintes factores:

- Reflexo da desconcentração e de maior rigor imposto pelos serviços das finanças aos órgãos de soberania e à alguns institutos com autonomia administrativa e financeira para regularizar no sistema as despesas com o pessoal dos quadros que no semestre homólogo encontravam-se como despesa por regularizar; 2) Inclusão de alguns aposentados no INPS, cuja entrada estava condicionada à entrega de alguns documentos e pelo pagamento de contribuição do Estado referente a Novembro e Dezembro do ano anterior; e 3) pelo aumento salarial de 2,5% atribuído em 2009.

70. O acréscimo nas “Transferências Correntes”, de cerca de 15,6% face ao período homólogo, reflecte o aumento da transferência do Estado para o Fundo de Equilíbrio Financeiro Municipal e Embaixadas, devido ao aumento do custo de vida nos respectivos países, bem como o crescimento das pensões de sobrevivência e regime não contributivo, reflexo de novos beneficiários da pensão de sobrevivência e actualização da pensão do regime não contributivo ocorrido em meados de 2008 e pela actualização do subsídio atribuído aos partidos políticos no ano em curso, aprovado na lei do orçamento em vigor.

Figura VIII - Despesas de Administração Pública
(em milhares de contos)

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						
	Jun	Jun	Txa.cres.	2008	2009	Txa.cres.
	2008	2009	%	Exec.	Pro.rev	%
Despesas correntes	11.586,3	12.454,2	7,5%	24.910,8	29.528,2	18,5
Despesas com Pessoal	4.816,8	5.820,8	20,8%	11.329,5	12.781,7	12,8
Aquisição de bens e serviços	500,3	935,9	87,1%	2.312,4	2.738,8	18,4
Juros correntes	927,5	906,1	-2,3%	1.846,7	2.346,0	27,0
Transferências correntes	2.691,4	3.110,0	15,6%	6.188,3	6.934,8	12,1
Administração Pública	1.322,7	1.624,7	22,8%	3.070,6	3.741,9	21,9
Administração Privada	48,4	49,6	2,4%	292,1	126,9	-56,6
Famílias	1.307,0	1.401,8	7,3%	2.628,1	2.868,7	9,2
Pensões de Aposentação	670,4	742,4	10,7%	1.356,3	1.472,3	8,6
Pensões de Sobrevivência	55,9	67,5	20,7%	121,4	125,2	3,1
Pensões de Regime Não Contributivo	279,0	317,9	14,0%	591,8	628,1	6,1
Outras pensões	17,1	28,5	66,3%	50,9	42,7	-16,1
Outras encargos	284,6	245,5	-13,7%	507,6	600,5	18,3
Exterior	13,3	33,9	154,6%	197,5	197,3	-0,1
Subsídios	420,3	570,5	35,7%	931,9	844,8	-9,3
Outras despesas correntes	1.163,9	898,1	-22,8%	2.302,0	3.882,0	68,6
Valor a regularizar	1.066,0	212,8	-80,0%			
Despesas de Capital	17,5	49,6	182,8%	253,3	92,1	-63,6
Despesas de Funcionamento	11.603,8	12.503,7	7,8%	25.164,1	29.620,3	17,7
Despesas de Investimentos	5.061,7	5.849,8	15,6%	16.603,8	24.146,2	45,4
Despesas correntes primárias	10.658,7	11.548,1	8,3%	23.064,1	27.182,2	17,9
Total da Despesa	16.665,6	18.353,6	10,1%	41.767,9	53.766,5	28,7
Estrutura da Despesa	(em % PIB)					
Despesas correntes	8,7	8,8		18,6	20,8	
Despesa com Pessoal	3,6	4,1		8,5	9,0	
Transferências correntes	2,0	2,2		4,6	4,9	

71. Nas “ Outras Despesas Correntes” o decréscimo de 22,8% comparativamente ao período homólogo decorre, fundamentalmente, da diminuição do pagamento da rubrica restituição do IVA devido a estabilização conseguida no período em análise, quando comparado com o ano anterior, cujo o montante pago no referido período encontrava-se acumulado com atrasados referente ao ano 2007.

72. Relativamente aos “Encargos da Dívida” verificou-se um decréscimo em termos homólogos de 2,3% devido essencialmente ao pagamento dos juros da dívida interna em menos 10,4% e da dívida externa em mais 7,2%. A diminuição dos

juros da dívida interna está directamente relacionada com a diminuição dos bilhetes do Tesouro em circulação e a diminuição nos juros devidos ao BCA referente às obrigações com vencimento em 2010, objecto de pagamento antecipado.

73. No que tange aos investimentos públicos, regista-se um acréscimo de 15,6% em termos homólogos, atingindo 5.849,8 milhares de escudos, explicado essencialmente pela boa execução dos projectos financiados pelos donativos, tesouro e empréstimos, que atingiu uma taxa de 45,7%, 30,5% e 27,8 % respectivamente.

2.3.4. Dívida Pública

74. Em Junho 2009, o stock da dívida pública, excluindo TCMF, totalizou 78.263,7 milhares de contos contra 74.940,5 milhares de contos, o que representa uma variação positiva de 4,4%, em termos homólogos. A dívida pública em percentagem do PIB diminuiu 0,8 p.p. face ao mesmo período do ano anterior, situando-se em 55,1% do PIB, reflectindo principalmente o efeito do crescimento do PIB nominal. Quanto ao rácio dívida pública interna/PIB prosseguiu-se com a trajectória decrescente ancorada no Instrumento de Apoio à Política Económica e Financeira (Policy Support Instrument – PSI) acordado com o FMI em Julho de 2006.
75. O stock da dívida interna, em finais de Junho de 2009, situou-se em torno de 25.057,3 milhares de contos, o que representa uma variação negativa de 2,7%, ou seja, cerca de 703,9 milhares de contos face ao período homólogo, justificada em parte pela diminuição de cerca de 2,175 milhares de contos de bilhetes do tesouro em circulação, o pagamento da prestação de 2009 do Protocolo assinado com a Shell e da prestação 2009 do Défice tarifário assumido em 2006 com a Electra.
76. Por sectores institucionais, o sistema bancário continua a deter a maior parcela da dívida interna do país, não obstante notar-se o peso crescente de outros sectores institucionais, nomeadamente o Instituto Nacional de Previdência

Social (INPS), no mercado da dívida pública. Assim, no final de Junho, verifica-se, uma diminuição dos BT's em 63,3% e um aumento das OT's (9%), apresentando um acréscimo do saldo das instituições financeiras não monetárias em 2,1%, enquanto que o saldo das instituições financeiras monetárias na globalidade decresceu 5,9% (sendo BT 92,6% e OT 2,9%) em termos homólogos, o que sugere maior apetência por títulos de prazos mais alargados e de maior rentabilidade, nomeadamente títulos obrigacionistas privados.

Figura IX - Principais Indicadores da Dívida Pública

(em milhares de contos)

PRINCIPAIS INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA						
	Jun 2008	Jun 2009	Txa.cres. %	2008 Exec.	2009 Pro.rev	Txa.cres. %
Estoque Global	74.940,5	78.263,7	4,4%	77.012,9	94.644,6	22,9%
Dívida Interna	25.761,2	25.057,3	-2,7%	25.103,5	27.203,5	8,4%
Dívida Externa	49.179,3	53.206,4	8,2%	51.909,4	67.441,1	29,9%
Varição em valores absolutos		3.323,2			17.631,7	
Dívida Interna		-703,9			2.100,0	
Dívida Externa		4.027,1			15.531,7	
Estoque Global em % do PIB	56,0%	55,1%		57,5%	66,7%	
Varição Pontos percentuais		-0,8%			9,2%	

77. No que respeita ao stock da dívida externa, este tem evidenciado uma evolução crescente, condicionada pela contratação de novos empréstimos bilaterais e multilaterais. No final de Junho de 2009, o stock da dívida externa atingiu 53.206,4 milhares de contos, um aumento de cerca de 4.027,1 milhares de contos, representando uma taxa de crescimento de 8,2%, reflectido numa estrutura predominantemente multilateral. O aumento registado no stock da dívida externa é justificado em grande medida pela entrada de desembolsos assinados em 2006, 2007 e 2008, para financiar projectos em áreas estruturantes para o desenvolvimento do país, nomeadamente, infra-estruturas portuárias e rodoviárias, agricultura, saúde, economia, redução da pobreza, água e saneamento.

2.3.5. Previsão da Execução do Orçamento para 2009

78. Na sequência dos resultados da execução orçamental relativos a Junho 2009, o défice orçamental projectado deverá situar-se em torno de 9,0% do PIB, um acréscimo de 4,3% do PIB relativamente ao inicialmente programado. Esta deterioração prevista para o défice tem na sua base, por um lado, a queda estimada de 11,4% das receitas fiscais em relação ao orçamentado até o final do ano, que corresponde à uma variação negativa de aproximadamente 9,3% em termos homólogos e o não recebimento das receitas com vendas de terreno no período em análise. Por outro lado, regista-se um aumento das despesas globais a volta dos 3,4%, na sequência da expansão das despesas de investimento público em cerca 15%, financiada essencialmente com recursos a empréstimos externos, com o objectivo de incentivar a economia real e mitigar os impactos da desaceleração da procura externa, principalmente da retracção do Turismo e do IDE ligado à imobiliária turística e da redução da despesa de funcionamento em torno de 3,4% em relação ao inicialmente orçado.
79. A revisão efectuada na receita total de 2009, em cerca de 4.412 milhares de contos, decorre, essencialmente, do ajustamento realizado para baixo no orçamento inicial das receitas fiscais, não fiscais e nas receitas com vendas de terrenos em cerca de 3.464 milhares de contos, 604,5 milhares de contos e 1.673 milhares de contos, respectivamente, e pelo incremento efectuado nos donativos em cerca de 1.330,4 milhares de contos.
80. Relativamente à queda das receitas Fiscais, a maior contribuição é atribuída à evolução negativa esperada do IUR – PS e da receita de IVA, em respectivamente 15,1% e 18,8% do inicialmente orçamentado em 2009, na decorrência em parte da revisão da carga fiscal do IUR-PS e da desaceleração da actividade económica derivada da crise internacional.
81. No que tange às receitas de capital (incluindo donativos), os dados disponíveis apontam para o final do ano uma variação negativa de 3,7%, derivado principalmente da perspectiva assumida da não realização da receita com vendas de terrenos (em 1.601,2 milhares de contos), decorrente da manutenção da

contração no sector imobiliário externo que influencia directamente o referido sector ao nível nacional. Inversamente prevê-se um acréscimo de 18% dos donativos para o final de 2009, justificado fundamentalmente pela perspectiva da entrada da ajuda orçamental e donativos directos não previstos no orçamento inicialmente aprovado.

82. De acordo com a execução do primeiro semestre de 2009, perspectiva-se que a despesa total no final de 2009 poderá atingir cerca de 53.766,5 milhares de contos. As despesas correntes poderão ascender a cerca de 29.528,2 milhares de contos, com a principal componente, despesas com o pessoal, a totalizar cerca de 12.781,7 milhares de contos, crescendo em termos absolutos cerca 1.452,2 milhares de contos e em termos relativos cerca de 12,8% face ao ano transacto, considerando a perspectiva da ocorrência de recrutamentos, progressões, reclassificações, reenquadramentos e promoções previstas no ano em curso, o que representará por conseguinte 43,3% das despesas correntes. Em relação ao Programa de Investimento Público prevê-se uma expansão em torno de 45,4% comparativamente ao ano transacto, com a inclusão de novos projectos de investimentos canalizados particularmente para área da infra-estruturação, que permitirá maior geração de emprego, reduzindo assim o impacto negativo da redução do IDE ligado à imobiliária turística.
83. Entretanto, prevê-se para o final de 2009, um aumento do stock da dívida pública para aproximadamente 94.644,6 milhares de contos, atingindo 66,7% do PIB, um acréscimo de 9,2 p.p em relação ao ano anterior, derivado essencialmente da previsão de entrada de desembolsos relativos aos acordos assinados em 2005, 2006, 2007 e 2008, que ainda se encontram em fase de execução, em áreas estruturantes para o desenvolvimento do país.

3. Orçamento para 2010

3.1. Perspectivas para 2010

84. Para 2010 as projecções para a economia apontam um crescimento do PIB a rondar os 5%, que deverá ter na sua base a dinâmica da procura interna essencialmente impulsionada pela manutenção da boa taxa de execução do investimento público e pela expansão do crédito a economia. Adicionalmente perspectiva-se uma ligeira melhoria do lado da procura externa tendo em conta os sinais no sentido de uma recuperação da economia mundial do estado de recessão.
85. Do lado da inflação, prevê-se uma taxa em torno dos 3% com base nas recentes evoluções dos preços internacionais que seguem uma trajectória decrescente e que prosseguirão em níveis mais estáveis em 2010, o que se reflectirá numa moderação dos preços dos bens importados.
86. Relativamente a política monetária e cambial, esta continuará a ser pautada pela preservação do regime de paridade fixa com o euro e pelo objectivo da estabilidade de preços que terão como instrumentos de suporte, por um lado a gestão do diferencial das taxas de juro internas com as taxas Euribor e por outro, a acumulação de reservas externas em níveis sustentáveis.
87. Para o sector externo, tendo em conta as projecções mais actuais relativamente a evolução da conjuntura económica e financeira internacionais, espera-se em 2010 uma inversão da tendência decrescente do desempenho da actividade turística e da imobiliária, cujos reflexos positivos far-se-ão sentir tanto nas exportações de serviços quanto no balanço financeira através do IDE.

3.2. Evolução Financeira das Finanças Públicas de 2007 a 2009 e Programação para 2010

88. A Política Orçamental empreendida entre os anos de 2004 e 2009 tem se mostrado extremamente bem sucedida com relação aos seus objectivos: a) manutenção da sustentabilidade orçamental; b) incentivo ao investimento privado, em particular por meio da redução da carga fiscal do IUR-PC e da execução do investimento público em infra-estrutura logística; e c) fortalecimento do consumo e redução de desigualdades sociais, com a revisão para baixo do IUR – PS e com o aumento das transferências às famílias carentes, através do reajustamento das pensões sociais na ordem de 133,5% e o aumento dos beneficiários nos últimos anos.
89. A crise financeira internacional encontrou a economia cabo-verdiana com fundamentos sólidos: inflação sobre controlo, PIB em expansão, endividamento público decrescente em percentagem do PIB e fluxo positivo de investimentos estrangeiros. No entanto, os indicadores mais recentes apontam para o impacto negativo da crise económica mundial que se faz sentir principalmente nos sectores ligados ao turismo e à imobiliária. Contudo, realça-se o reforço orçamental feito pelo Governo, através da expansão do programa de investimento público, direccionado essencialmente para infra-estruturas com o objectivo de impulsionar o crescimento da actividade económica.
90. . Aliada à política monetária, a política orçamental criou condições para a consolidação da estabilidade e a aceleração do crescimento económico. Dessa forma, nos últimos anos, a política orçamental tem sido direccionada também para a melhoria das despesas públicas, por meio da ampliação das despesas ao sector social e dos investimentos em infra-estruturas. A trajectória do saldo global das finanças públicas em 2007 e 2008, superou os objectivos traçados nos respectivos orçamentos, que programavam défices de 2,4% e de 2,8% do PIB, respectivamente, enquanto que o executado foi positivo em 1,2% do PIB em 2007 e de um défice de 1,6% do PIB em 2008.

91. Comparativamente ao Orçamento do Estado para 2009, que previa um défice global em torno de 4,7% do PIB projectado, a previsão revista de acordo com as contas provisórias do primeiro semestre de 2009, revela um aumento do saldo global em torno de 4,3 p.p. do PIB, determinada fundamentalmente, pela evolução negativa das receitas fiscais, que deverá ficar abaixo do orçado em 11,4%, combinada com uma relativa contenção das despesas de funcionamento e uma expansão da despesa de investimento em 15%.

Figura X - Evolução das Finanças Públicas de 2007 a 2010

(em milhares de contos)

PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS	Txa. Crescimento							Projeção	
	2007	2008	2009	2010	08/07	09/08	10/09	2011	2012
	Exc.	Exc.	Pro.rev	Orç.	%	%	%		
Receitas totais	38.653,3	39.676,9	40.979,2	43.430,8	2,6%	3,3%	6,0%	46.197,1	50.565,8
Receitas correntes	28.908,0	32.421,1	32.169,5	34.718,2	12,2%	-0,8%	7,9%	39.627,7	43.426,1
Receitas fiscais	26.219,6	29.586,0	26.837,9	29.639,1	12,8%	-9,3%	10,4%	32.127,8	34.857,9
Receitas não fiscais	2.688,5	2.835,2	5.331,6	5.079,1	5,5%	88,1%	-4,7%	7.499,9	8.568,3
Receitas de capital	4.381,0	1.021,1	107,6	184,8	-76,7%	-89,5%	71,8%	115,2	119,3
dos quais: Vendas de Terreno	2.222,3	948,0	0,0	184,8	-57,3%				
Venda de Capital Social do Estad	2.140,8	0,0	0,0	-					
Donativos	5.312,3	5.740,3	8.702,1	8.527,8	8,1%	51,6%	-2,0%	6.454,1	7.020,4
OFN	52,0	494,3			850,5%			0,0	0,0
Despesas totais	37.208,2	41.767,9	53.766,5	61.413,4	12,3%	28,7%	14,2%	66.678,2	66.744,3
Despesas correntes	23.048,8	24.910,8	29.528,2	30.660,0	8,1%	18,5%	3,8%	31.627,5	33.319,2
Despesas com pessoal	10.901,8	11.329,5	12.781,7	14.665,5	3,9%	12,8%	14,7%	15.279,8	15.985,0
Fornecimentos e serviços	2.163,4	2.312,4	2.738,8	3.162,2	6,9%	18,4%	15,5%	3.213,5	3.361,8
Juros da dívida	1.880,9	1.846,7	2.346,0	2.531,6	-1,8%	27,0%	7,9%	2.078,9	2.410,8
Transferências correntes	5.183,3	6.188,3	6.934,8	7.464,0	19,4%	12,1%	7,6%	7.172,1	7.503,2
Subsídios	336,9	931,9	844,8	510,4	176,6%	-9,3%	-39,6%	906,0	943,8
Outras despesas Correntes	1.927,1	2.302,0	3.882,0	2.326,4	19,5%	68,6%	-40,1%	2.977,2	3.114,6
Pagamentos do ano anterior	655,4	0,0			-	-		-	-
Despesa de Capital	14.159,4	16.857,1	24.238,4	30.753,4	19,1%	43,8%	26,9%	35.050,7	33.425,1
dos quais: Despesas de investimento	13.963,0	16.603,8	24.146,2	30.515,7	18,9%	45,4%	26,4%	34.729,7	33.095,4
Outras Despesas de Capital	196,3	253,3	92,1	237,7	29,0%	-63,6%	158,0%	321,0	329,7
Saldo global	1.445,1	-2.091,0	-12.787,3	-17.982,6	-244,7%	511,5%	40,6%	-20.481,1	-16.178,5
Saldo Global, excl. vendas bens capital Estad	-2.917,9	-3.039,0	-12.787,3	-18.167,4	4,1%	320,8%	42,1%	-20.481,1	-16.178,5
Saldo Corrente	5.859,3	7.510,4	2.641,3	4.058,2	28,2%	-64,8%	53,6%	8.000,2	10.106,9
Saldo de Capital	-9.778,4	-15.836,0	-24.130,8	-30.568,6	61,9%	52,4%	26,7%	-34.935,5	-33.305,8
Saldo primário corrente	7.740,1	9.357,0	4.987,4	6.589,8	20,9%	-46,7%	32,1%	10.079,1	12.517,7
Financiamento	-1.445,1	1.725,7	13.129,3	17.982,6	-	-	-	20.481,1	16.178,5
Empréstimo de Retrocessão				-3.488,7				-2.081,3	26,2
Realização de Capital Social				-517,5				0,0	0,0
Interno Líquido	-4.314,0	-1.571,0	2.118,0	3.855,1	-	-	-	-1.295,4	-373,1
Externo Líquido	3.010,0	3.296,7	11.011,3	18.133,7	-	-	-	23.857,8	16.525,3
Erros e Omissões	-141,1	-365,4	342,0	0,0	-	-	-	0,0	0,0
Saldo global (em % do PIB)	1,2	-1,6	-9,0	-11,8				-12,4	-9,0
Saldo corrente (em % do PIB)	4,8	5,6	1,9	2,7				4,8	5,6
Saldo de capital(em % do PIB)	-8,0	-11,8	-17,0	-20,1				-21,1	-18,5
Saldo primário (em % PIB)	6,4	7,0	3,5	4,3				6,1	6,9

92. O Orçamento de 2010 estabelece como objectivo a continuação de uma política orçamental prudente, consubstanciado na contenção da despesa de funcionamento conjugada com as necessidades do crescimento económico, aumento da competitividade da economia nacional, redução da pobreza e da desigualdade social compatível com o Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza II através do qual acarretará o défice global público para 2010 em torno de 11,8% do PIB. O aumento do défice programado para 2010 em mais 2,8 p.p. do PIB face ao programado revisto para 2009, encontra-se influenciado essencialmente pelo aumento da despesa de investimento incrementado pelas grandes infra-estruturas propostas para 2010. O referido défice será financiado em cerca de 81,4% com recursos externos maioritariamente concessionais e 18,6% com recursos internos.
93. Do lado da despesa, o impulso principal para a aceleração das despesas totais em mais 2,6 p.p. do PIB virá essencialmente dos objectivos traçados no programa de investimentos públicos (mais 3,1% do PIB) principalmente nos eixos da infra-estruturação, capital humano e boa governação que representam respectivamente 64%, 11% e 10,9% do total dos investimentos públicos previstos para 2010 – sendo as maiores realizações previstas no domínio da construção de estradas e expansão de portos e desenvolvimento do sector energético. – e pelo decréscimo verificado nas despesas de funcionamento em cerca de 0,5 p.p. do PIB comparativamente a estimativa para 2009 – justificada essencialmente pela outras despesas correntes em cerca de menos 1,2 p.p. do PIB e subsídios em cerca de menos 0,3 p.p (derivado essencialmente pelo cumprimento do calendário de pagamento dos atrasados assumidos com os parceiros internacionais em 2005) e pelo ligeiro aumento das despesas com o pessoal em 0,7 p.p justificado principalmente pelo reforço do pessoal no sector da segurança, justiça, educação e saúde.
94. A receita total programada para 2010, deverá alcançar um ligeiro decréscimo em cerca de 0,3 p.p. do PIB, derivado essencialmente das receitas não fiscais (em menos 0,4 p.p. PIB) – com impacto directo nas taxas cobradas pelos serviços notariados, perspectivando a manutenção da crise imobiliária, que

afectará consequentemente o montante arrecadado em taxas de registos de compra e venda de terrenos e imóveis - , donativos (em menos 0,5 p.p PIB) e um ligeiro acréscimo de 0,6 p.p. do PIB das receitas fiscais derivado do acréscimo previsto principalmente no IVA perspectivando-se uma ligeira retoma da economia.

95. Relativamente ao stock da dívida pública para 2010, ascenderá a 116.634 milhares de contos, representando um acréscimo de 23,2% em termos relativo comparativamente ao valor estimado para 2009. No que respeita ao rácio da dívida pública/PIB, perspectiva-se atingir 76,7% do PIB em 2010, traduzindo-se num aumento de 10,1% p.p do PIB face a estimativa para 2009.

3.3. Receitas

3.3.1. Evolução da Receita

Figura XI - Evolução das Receitas Correntes

(em milhares de contos)

DESIGNAÇÃO	Execução 2007	Execução 2008	Prev. Ver. 2009	Prev. Orçamenta 2010	Taxa de Crescimento		
					2008	2009	2010
Receitas Fiscais	26.219,5	29.586,0	26.961,0	29.639,0	13%	-9%	10%
Impostos	26.081,9	29.401,6	26.869,0	29.373,7	13%	-9%	9%
Impostos sobre o Rendimento	7.655,4	8.525,9	8.261,0	9.067,0	11%	-3%	10%
IUR - Pessoas Singulares	4.505,2	4.824,7	4.615,0	5.267,9	7%	-4%	14%
IUR - Pessoas Colectivas	3.150,2	3.701,2	3.646,0	3.799,1	17%	-1%	4%
Imposto sobre a Despesa	17.996,0	20.417,8	18.212,0	19.857,5	13%	-11%	9%
Imposto s/ o Valor Acrescentado	9.917,3	11.723,5	10.361,0	11.711,3	18%	-12%	13%
Imposto s/ Consumo Especial	1.223,3	1.340,4	1.245,0	1.246,9	10%	-7%	0%
Imposto s/ Transacções Internacionais	5.376,3	5.888,2	5.515,0	5.916,9	10%	-6%	7%
Direitos de Importação	5.376,3	5.888,2	5.515,0	5.916,9	10%	-6%	7%
Imposto de Selo	1.479,1	1.465,7	1.091,0	982,4	-1%	-26%	-10%
Outros Impostos s/ Despesa	430,5	457,9	396,0	449,2	6%	-14%	13%
Outras Receitas Fiscais	137,6	184,4	92,0	265,3	34%	-50%	188%
Receitas não Fiscais	2.688,5	2.835,2	5.332,0	5.079,1	5%	88%	-5%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	28.908,0	32.421,2	32.293,0	34.718,1	12%	0%	8%

96. De acordo com a previsão orçamental para o ano económico 2010, as receitas correntes apresentam um crescimento de 8% em relação ao valor estimado no período homólogo de 2009, o que em termos absolutos representa um acréscimo de 2.425 milhares de contos. Este crescimento é impulsionado pelo imposto sobre a despesa, imposto sobre o rendimento e pelo imposto sobre as transacções internacionais, com uma contribuição de aproximadamente 1.646,

806 e 402 milhares de contos correspondente a uma variação relativa de 9, 10 e 7% respectivamente. Para este crescimento estão subjacentes a informatização da Administração Fiscal, e uma melhor organização e gestão dos processos de transgressão e cobrança coerciva.

97. No que diz respeito às receitas fiscais, a previsão para 2010 é de 29.639 milhares de contos, representando um acréscimo de 10% em relação à estimativa das receitas fiscais para 2009.
98. Por seu turno, os impostos sobre a despesa apresentam um acréscimo de 9%, ou seja de 1.645,5 milhares de contos, face ao valor estimado para 2009. Para este crescimento contribuíram essencialmente o IVA e o DI que se prevêem um crescimento de 13 e 7 por cento respectivamente. Em termos absolutos esses crescimentos correspondem a 1.350,3 milhares de contos para o IVA e 401,9 milhares de contos para o DI. De influência contrária se encontra a variação do imposto de selo, prevista em 10% negativa, representando em termos absolutos uma diminuição de 108.6 milhares de contos.
99. No que se refere ao imposto sobre o rendimento, estima-se um crescimento de 10% correspondendo a uma variação positiva de 806 milhares de contos, impulsionados especialmente pelo IUR- PS, com uma contribuição de 81%, situando-se em 652,9 milhares de contos, equivalendo a um crescimento de 14%. O remanescente corresponde a contribuição do IUR- PC cujo o crescimento previsto é pouco expressivo, situando-se em 4 %.
100. Para o ano económico de 2010, em sintonia com a política do Governo de reduzir a pressão fiscal sobre as famílias, propõe-se o aumento da dedução e dos limites dos encargos da educação e de saúde visando uma maior participação do Estado nessas despesas essenciais e consequentemente o aumento do rendimento disponíveis das famílias.

Encargos	% de dedução		Limite de dedução	
	2009	2010	2009	2010
Saúde	50%	70%	100.000\$00	200.000,00
Educação	60%	80%	240.000\$00	300.000\$00

101. Conforme se pode constatar no quadro acima, há uma variação de 40% e 33.3% no que se refere ao aumento da dedução dos encargos, e de 100 e 25% relativo ao aumento dos limites da dedução dos encargos com a saúde e educação respectivamente. Essas alterações provocam uma renúncia fiscal na ordem de 30 milhares de contos.
102. De igual modo, pretendendo desagrar os encargos familiares com a educação, será atribuída a isenção do imposto de selo na utilização, nos juros, nas comissões, na hipoteca e nos registos do crédito para a formação superior.
103. Dando seguimento à política de incentivo para aquisição ou construção da primeira habitação própria, o governo propõe a isenção do imposto de selo na utilização de crédito para essas operações cujo impacto orçamental estimada é 28 milhares de contos.
104. Por outro lado, é concedido ao contribuinte, empregador doméstico, o direito a deduzir 50% da contribuição patronal paga à Previdência Social.
105. Conforme se pode verificar no quadro referente ao ano de 2010, os rácios dos principais impostos em relação ao PIB apresentam-se ligeiramente acima dos níveis estimados para 2009, excepção feita ao imposto único sobre rendimento pessoas colectivas, imposto sobre os consumos especiais e imposto de selo.

Figura XII - Evolução da Estrutura das Receitas Correntes

(Em Percentagem do PIB)

DESIGNAÇÃO	Execução 2007	Execução 2008	Prev. Ver. 2009	Prev. Orçamenta 2010	Taxa de Crescimento		
					2008	2009	2010
Receitas Fiscais	26.219,5	29.586,0	26.961,0	29.639,0	13%	-9%	10%
Impostos	26.081,9	29.401,6	26.869,0	29.373,7	13%	-9%	9%
Impostos sobre o Rendimento	7.655,4	8.525,9	8.261,0	9.067,0	11%	-3%	10%
IUR - Pessoas Singulares	4.505,2	4.824,7	4.615,0	5.267,9	7%	-4%	14%
IUR - Pessoas Colectivas	3.150,2	3.701,2	3.646,0	3.799,1	17%	-1%	4%
Imposto sobre a Despesa	17.996,0	20.417,8	18.212,0	19.857,5	13%	-11%	9%
Imposto s/ o Valor Acrescentado	9.917,3	11.723,5	10.361,0	11.711,3	18%	-12%	13%
Imposto s/ Consumo Especial	1.223,3	1.340,4	1.245,0	1.246,9	10%	-7%	0%
Imposto s/ Transacções Internacionais	5.376,3	5.888,2	5.515,0	5.916,9	10%	-6%	7%
Direitos de Importação	5.376,3	5.888,2	5.515,0	5.916,9	10%	-6%	7%
Imposto de Selo	1.479,1	1.465,7	1.091,0	982,4	-1%	-26%	-10%
Outros Impostos s/ Despesa	430,5	457,9	396,0	449,2	6%	-14%	13%
Outras Receitas Fiscais	137,6	184,4	92,0	265,3	34%	-50%	188%
Receitas não Fiscais	2.688,5	2.835,2	5.332,0	5.079,1	5%	88%	-5%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	28.908,0	32.421,2	32.293,0	34.718,1	12%	0%	8%

3.3.2. Justificação das Previsões

106. Para a previsão das receitas correntes para o ano económico 2010 tomou-se por base a estimativa de execução das receitas correntes para 2009, e como não podia deixar de ser, o cenário macroeconómico para 2010 que se prevê relativamente melhor, dado a alguns sinais de retoma da economia mundial e nacional, nomeadamente o investimento directo estrangeiro no sector da imobiliária turística, assim como o efeito esperado das medidas de combate a fraude e evasão fiscal.

3.3.3. Análise dos Benefícios Fiscais Concedidos em 2008

107. No ano económico de 2008, o montante de benefícios fiscais concedidos pelo Estado ascendeu a 4.117,8 milhões de escudos, o que corresponde a cerca de 13,9% das receitas fiscais cobradas, representado um decréscimo de 0,7% comparativamente ao ano de 2007. Esse decréscimo é justificado essencialmente pela diminuição dos benefícios fiscais atribuído pela DGCI, o que se explica, por um lado, pelo elevado número de empresas com resultado negativo em 2008, por outro lado, pela não entrega da contabilidade por parte de algumas empresas beneficiárias de incentivos fiscais no período em análise.

Figura XIII - Evolução dos Benefícios Fiscais Concedidos no Triénio 2006-2008

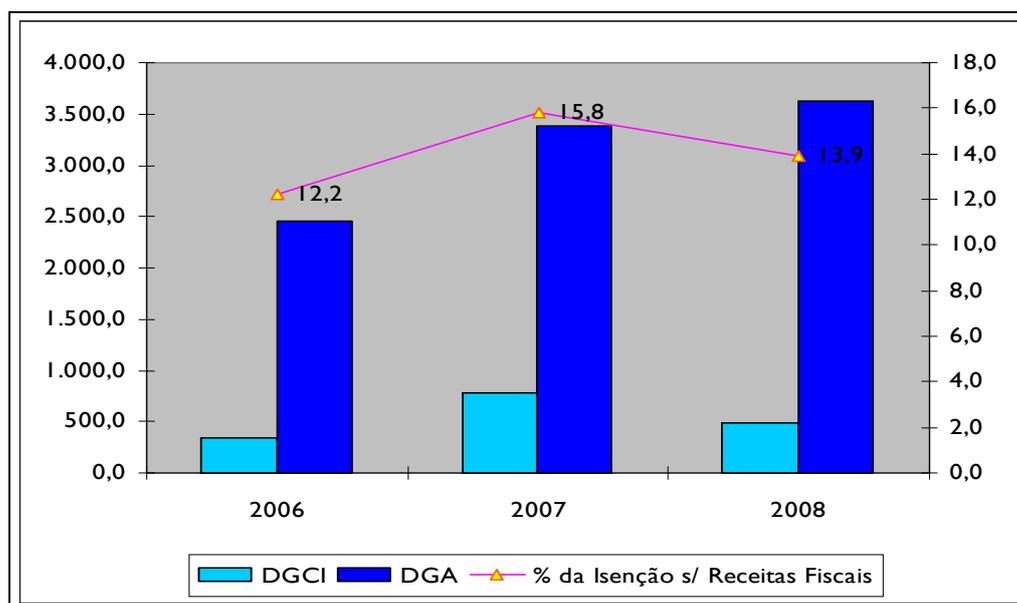


Figura XIV - Evolução dos Benefícios Fiscais

(em milhares de contos)

Designação	Execução			Variação em %	
	2006	2007	2008	07/06	08/07
DGCI	337,7	773,3	493,4	129,0	-36,2
DGA	2.453,2	3.375,6	3.624,4	37,6	7,4
Total	2.790,9	4.148,8	4.117,8	48,7	-0,7

108. Analisando os benefícios fiscais concedidos por sector de actividade em 2008, constata-se que os sectores que mais beneficiaram de incentivos foram Turismo (27,5%), Industria (24,5%), Outros (24%), Donativos e projectos financiados (14,7 %), NRRD (Viaturas dos emigrantes) 7,6% e os restantes sectores em 1,7% do total dos benefícios fiscais concedidos.

Figura XV - Benefícios Fiscais Atribuídos em 2008 por Sector de Actividade

(em milhares de contos)

Sector de Actividades	Montantes	Montantes	Total	%
	Perdas	Perdas		
	de Receitas DGA 2008	de Receitas DGCI 2008		
Donativos e projectos financiados	603,5		603,5	14,7
Outros	977,2	12,1	989,4	24,0
Industria	957,0	50,1	1.007,1	24,5
Turismo	725,5	407,8	1.133,2	27,5
Financeiro			0,0	0,0
Construção Civil		23,4	23,4	0,6
NRRD (Viaturas dos emigrantes)	312,9		312,9	7,6
Agro-Pecuária	41,1		41,1	1,0
Saúde	7,2		7,2	0,2
Total	3.624,4	493,4	4.117,8	100,0

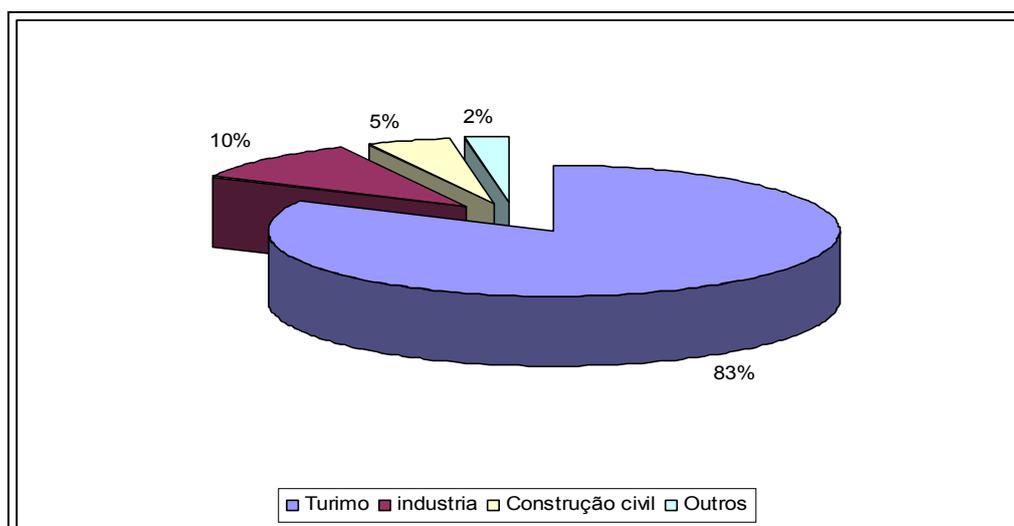
3.3.3.1. Benefícios Concedidos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos no Triénio 2006-2008

109. No Quadro da figura XIV reflecte-se a despesa fiscal com IUR concedido pela DGCI por concelho no triénio de 2006/2008, em que 2008 registou um decréscimo de 36,2% (279,8 milhões de escudos em termos absolutos), justificado essencialmente pela conjugação do resultado negativo e da não entrega da contabilidade a administração fiscal de respectivamente 42% e 26% das empresas beneficiárias das isenções fiscais, no universo de 90 empresas, comparativamente a 2007. Dos benefícios fiscais concedidos a 90 empresas identificadas em 2008, 82,6% pertencem ao sector do turismo, 10% ao sector de indústria (quatro das quais são empresas francas) e os restantes 7,2% foram agrupados num sector denominado “Outros” (composto pelas empresas de construção civil, IFI’s – Instituições Financeiras Internacionais, Transportes e loja Franca.

3.3.3.2. Estrutura dos Benefícios Fiscais Concedidos, por Sector de Actividade

110. Das 90 empresas identificadas, 83% pertencem ao sector do turismo, 10% ao da indústria, 5% ao sector de construção civil os restantes 2% pertencem a outros sectores.

Figura XVI - Benefícios Fiscais, por sector de Actividade em 2008



111. Importa, entretanto, salientar que do universo das empresas identificadas apenas 68% apresentaram resultados positivos, sendo que os restantes apresentaram resultados negativos.

3.3.3.3. Estrutura dos Benefícios Fiscais, por Concelho

112. No que concerne à distribuição dos benefícios fiscais pelos diversos concelhos do País, o Concelho do Sal, representado por 33 empresas, ocupou o primeiro lugar em termos de absorção de benefícios fiscais concedidos em 2008, apesar de ter mantido o número de empresas, representa 76,6% em termos relativos do montante total atribuído pela DGCI o que corresponde a 378 milhões de escudos em termos absolutos. De seguida os Concelhos da Boavista e de S. Vicente, respectivamente com 12% e 10%. O Concelho da Praia que em 2007 tinha absorvido cerca de 32% dos benefícios concedidos, acabou por absorver apenas 1% do total dos benefícios fiscais concedidos em 2008. De

salientar que das 31 empresas pertencentes ao Concelho da Praia mais de metade, ou seja 61,3%, não apresentaram contabilidade à Administração Fiscal e 19,4% obtiveram resultado negativo

Figura XVII - Benefícios Fiscais, por Concelho no Triénio de 2006/2008

(em milhares de contos)

Concelho	2006		2007		2008		Variação em %			
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	07/06		08/07	
							Nº	Valor	Nº	Valor
Sal	33	98,7	33	428,7	33	378,0	0,0	329,9	0,0	-50,7
Praia	36	186,7	29	247,9	31	6,6	-19,4	61,2	6,9	-241,3
S.Vicente	21	24,5	13	68,1	11	49,8	-38,1	43,6	-15,4	-18,3
Outros	9	27,8	20	28,6	15	59,1	122,2	0,8	-25,0	30,5
Total	99	337,7	95	773,3	90	493,4	-4,0	435,5	-5,3	-279,8

3.3.4. Benefícios Concedidos pela Direcção Geral das Alfândegas no Triénio de 2006/2008

113. No quadro da figura – XV apresenta-se a estrutura da despesa fiscal dos benefícios atribuídos em sede dos impostos aduaneiros no triénio de 2006/2008. Conforme os valores abaixo discriminados, os benefícios aduaneiros ocorridos em 2008, ascendeu a 3.624,4 milhões de escudos, o que representa em termos relativos um acréscimo de 7,4% em 2008 comparativamente ao ano 2007.

Figura XVIII - Benefícios aduaneiros atribuídos no triénio de 2006/2008

(em milhares de contos)

Sector	2006		2007		2008		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
NRRD (Viatura de emigrantes)	226,2	9,2	273,3	8,1	312,9	8,6	39,6	14,5
Indústria	545,7	22,2	739,1	21,9	957,0	26,4	218,0	29,5
Turismo	483,2	19,7	403,9	12,0	725,5	20,0	321,6	79,6
Saúde	8,8	0,4	9,0	0,3	7,2	0,2	-1,8	-19,9
Agro- Pecuária	36,5	1,5	24,3	0,7	41,1	1,1	16,8	69,1
Projectos de Desenvolvimento	588,2	24,0	617,8	18,3	603,5	16,7	-14,3	-2,3
Outros	564,5	23,0	1.308,2	38,8	977,2	27,0	-331,0	-25,3
Total	2.453,2	100	3.375,6	100	3.624,4	100	248,8	7,4

114. Conforme pode-se constatar no quadro da figura – XV acima apresentado, os sectores de actividade que mais beneficiaram de benefícios durante o ano de 2008 foram: o Turismo com um acréscimo de 79,6%; a Agro-pecuária com 41,1 milhões de escudos, representando um acréscimo de 69,1%; a Industria com 957 milhões de escudos, representando um acréscimo de 29,5% comparativamente ao ano anterior, justificado essencialmente pelos benefícios fiscais atribuídos às indústrias de construção civil e indústria de materiais de construção; Viaturas de emigrantes com 312,9 milhões de escudos, representando um acréscimo de 14,5% em termos relativos; e os sectores de Outros, Saúde e Projecto de Desenvolvimento apresentaram uma queda de 25,3%, 19,9% e 2,3% respectivamente comparativamente a 2007.

3.3.4.1. Medidas de política para Direcção Geral das Alfândegas

115. Com relação ao sector aduaneiro as medidas fiscais previstas para o ano 2010 são as seguintes:

- Aprovação do Código Aduaneiro, caso não venha a concretizar-se no ano de 2009, como um conjunto normativo mais adequado ao processo de desenvolvimento nacional e a uma melhor inserção do país na dinâmica do comércio internacional, cujo projecto foi apresentado pela DGA ao Governo desde Outubro de 2005;
- Regulamentação de um conjunto de regimes aduaneiros novos e renovados pelo Código Aduaneiro, com destaque para os direitos anti-dumping, direitos compensatórios, zonas francas, aperfeiçoamento activo, aperfeiçoamento passivo, etc.
- Inauguração e implementação do funcionamento das Delegações Aduaneiras do Aeroporto de São Pedro, em São Vicente, e do Porto Inglês, na ilha do Maio; e da Delegação do interior nos Mosteiros. As duas primeiras estavam programadas para iniciar no ano de 2009, mas dificuldades supervenientes podem adiar a abertura das mesmas para 2010;
- Revisão das alíquotas das mercadorias sujeitas a grande carga fiscal, com o intuito de combater a evasão e a fraude fiscais;

- Início da redução das taxas consolidadas no quadro das negociações com a Organização Mundial do Comércio – OMC, em que foi previsto um período de transição de 10 anos para as taxas de 30 %, de 8 anos para as de 20 %, de 4 anos para as de 10 % e de 2 anos para as de 5 %. Em 2010 ocorrerão não só os desagravamentos pautais previstos para o referido ano, como também as reduções previstas para 2009 e que acabaram não acontecendo;
- Aplicação de alíquota zero para mercadorias com «agrément» originárias de países da CEDEAO e exportadas por empresas também com «agrément», a não ser que o país consiga a necessária moratória;
- Adopção da TEC, Tarifa Exterior Comum da CEDEAO, com repercussões ainda não totalmente calculadas;
- Adesão às principais convenções internacionais em matéria aduaneira elaboradas sob a égide da Organização Mundial das Alfândegas;
- Reforço da cooperação com outras administrações aduaneiras e organizações internacionais, tomando parte activa nas reuniões de grande interesse;
- Implementação da nova versão do sistema de automação de dados alfandegários chamada SYDONIA World, ultimamente apresentada em Cabo Verde pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – CNUCED, que se assenta nas tecnologias de rede permitindo aos operadores económicos fazer a maioria das transacções pela internet com todas as garantias de segurança. A adopção do SYDONIA World estava, inicialmente, prevista para acontecer em 2009, mas dificuldades em obter o financiamento necessário poderão obrigar à sua transferência para 2010;
- Reforço do combate à fraude e evasão fiscais, criando condições para um serviço de fiscalização mais actuante e eficaz, que passa necessariamente pela motivação do pessoal aduaneiro e pela análise do risco envolvido na relação com os operadores. Nesse sentido, a Direcção de Luta Contra a Fraude, funcionando em rede com as principais estâncias aduaneiras, vai implementar a realização de análise de risco de infracções fiscais, a modos de melhorar os controlos em um ambiente que se quer de facilitação ao comércio internacional.

- Promoção de um regime fiscal simplificado, transparente, justo, eficiente e eficaz;
- Aposta na facilitação dos fluxos de circulação da logística internacional;
- Capacitação mediante formação profissional contínua do pessoal aduaneiro, designadamente em Contabilidade, SNCRF, Informática e Inglês profissional, de forma a instalar uma melhor capacidade de lidar com os novos desafios enfrentados pela administração.

3.3.4.2. Medidas de Política Fiscal

116. O Programa do Governo para a VII Legislatura prevê como principais objectivos em termos de política fiscal o reforço do combate à fraude e a evasão fiscal, o aumento da eficiência e eficácia da Administração Tributária, racionalização dos incentivos fiscais e na melhoria da equidade e justiça tributárias.

117. O objectivo primordial é a consecução de um sistema fiscal simples, justo e estável, que facilite um bom relacionamento entre o fisco e os contribuintes. Assim, dar-se-á seguimento às medidas concretas de política fiscal, sintetizadas no seguinte:

3.3.4.3. Combate à Fraude e Evasão Fiscal

118. A prossecução da luta contra a evasão e fraude fiscal é condição para a diminuição da carga fiscal das empresas, da redução da carga fiscal sobre as famílias e da eliminação de distorções de concorrência que se pretende salutar com a integração do sector informal no sistema.

119. O combate à fraude e evasão fiscais constituem uma prioridade da Administração Fiscal, pelo que, em 2010 será também dada continuidade às medidas e acções que já vêm sendo adoptadas, com destaque para as seguintes medidas no sentido do reforço do cumprimento voluntário das obrigações tributárias:

- Arrolamento dos contribuintes que operam fora do “sistema”, ou seja, dos que integram a comumente denominada “economia paralela”, designadamente através da dinamização e reforço da actuação da DIT;
- Melhoria da divisão de contribuintes mais relevantes, visando um acompanhamento permanente mais eficaz, com recurso a adequadas ferramentas de análise de risco;
- O cruzamento de informação, visando a rápida e atempada detecção das situações de incumprimento e respectiva penalização. Este tipo de controlo para além de tornar mais visível a actuação da Administração Fiscal, potencia o desempenho da Inspeção Tributária, uma vez que permite afectar recursos, canalizando-os para as áreas mais críticas e que exigem uma intervenção particularizada;
- Fortalecimento da cooperação institucional com outras entidades que exercem funções de fiscalização (Inspeção-Geral do Trabalho, Inspeção-Geral das Actividades Económicas, INPS, Direcção-Geral das Alfândegas, entre outros) e com as outras administrações fiscais.
- Reforço do número de inspectores e técnicos verificadores afectos à DGCI, mais concretamente a Inspeção Tributária;
- Controlo rigoroso da aplicação do IVA, designadamente em matéria de reembolsos;
- Aperfeiçoamento da auditoria externa.

3.3.4.4. Eficiência e Eficácia da Administração Fiscal

120. Com vista a aumentar a eficiência e eficácia da Administração Fiscal, a prioridade situar-se-á no âmbito do apoio ao contribuinte e na melhoria da qualidade dos serviços que lhe são prestados pela Administração Fiscal.
121. A simplificação do sistema fiscal constitui um dos principais vectores da política fiscal do Governo, e, conseqüentemente da Administração Tributária. Para que a Administração Fiscal possa efectivamente aplicar o princípio da igualdade, e para que haja estabilidade, coerência e confiança no sistema

tributário é preciso UNIFORMIZAR os critérios de aplicação do direito tributário.

122. É nosso entender que os sistemas fiscais devem permitir aos indivíduos e as empresas beneficiarem integralmente das reais possibilidades e potencialidades do mercado interno. Tal implica tornar estes sistemas mais simples e mais compreensíveis para o contribuinte.

123. No âmbito da reforma Tributária em curso, ainda este ano, serão submetidos ao Parlamento para efeitos de aprovação, um novo Código Geral Tributário, um novo Código de Execução Tributário e também um Novo Código de Processo de Judicial Tributário. Ora os diplomas supracitados irá contribuir para:

- Harmonizar a relação tributária entre a Administração Fiscal e os contribuintes;
- Primar pela criação de um consenso e estabilidade em redor de princípios e conceitos da relação jurídica tributária;
- Simplificar, padronizar, e adoptar o código de uma linguagem comum a nível mundial, para atrair investimento;
- Adoptar a Administração Fiscal de instrumentos legais necessários que permita o combate à criminalidade, ao branqueamento de capitais e a Fraude fiscal;
- Aproximar a legislação fiscal cabo-verdiana ao dos países mais desenvolvidos e com uma cultura de cumprimento das Obrigações Fiscais;
- Racionalizar e consolidar nesse novo Código Geral Tributário as regras que estavam espalhadas pelo código geral tributário e código de processo tributário em vigor

124. O Clima de crispação que caracteriza a relação Administração Fiscal e os sujeitos passivos só poderá ser amenizada pela clareza, certeza e justiça das leis em vigor.

125. Para além da aprovação desses importantes diplomas, a Administração Fiscal irá continuar a desencadear as seguintes medidas:

- Simplificação e desburocratização administrativa e adopção do relacionamento on-line entre a Administração Fiscal e os contribuintes (formulários, impressos electrónicos e pagamentos on-line);
- Redução dos encargos administrativos suportados pelas pessoas singulares e empresas para o cumprimento das suas obrigações fiscais;
- Melhoria gradual das instalações, designadamente no que se refere a acessibilidade e espaço de atendimento;
- Investimento na formação profissional dos funcionários afectos ao atendimento;
- A redução dos tempos de resposta às diferentes petições apresentadas pelos contribuintes;
- A maior celeridade e antecipação dos reembolsos;
- Investir na área da educação tributária através do Serviço de Formação e Informação ao contribuinte;
- Reestruturação dos processos e procedimentos da Administração Fiscal, particularmente ao nível da informação dos mesmos, traduzido em ganhos significativos de eficiência;
- Optimização dos recursos com a aquisição de equipamentos informáticos e a formação respectiva dos técnicos, irá potenciar a libertação dos mesmos para funções com maior valor acrescentado para a Administração Tributária.

3.3.4.5. Benefícios Fiscais

126. O Programa do Governo para a VII Legislatura prevê expressamente a realização de uma avaliação “de todo o sistema de benefícios fiscais” a efectuar no seu primeiro ano de vigência. Na sequência deste compromisso assumido foi feita a reavaliação dos benefícios fiscais em vigor no âmbito dos impostos sobre o rendimento e no âmbito dos impostos sobre o património.

127. Na prossecução e implementação das medidas enunciadas, as isenções ou incentivos fiscais e inadequados ou injustificados serão reanalisados, no âmbito da criação do Código dos Benefícios Fiscais, focalizando os que se justificam, orientando-os para os sectores produtivos e de criação de emprego. Concludentemente, serão realizadas as seguintes medidas:

- Compilação e sistematização dos benefícios fiscais existentes e a criação de um sistema de incentivos fiscais moderno e eficaz;
- O melhoramento e actualização de algumas medidas de incentivos fiscais;
- Acompanhamento permanente e monitorização das empresas beneficiárias de incentivos fiscais;
- Melhorar a fiscalização tributária relativamente ao cumprimento das obrigações impostas aos titulares do direito aos benefícios fiscais.

3.3.4.6. Competitividade Fiscal

128. No âmbito da política fiscal para 2010, será dispensado particular atenção ao reforço competitividade fiscal das empresas, e das famílias, no quadro de uma concorrência legal e com o intuito de criar um ambiente mais favorável aos negócios. Pelo que, serão tomadas as seguintes medidas:

- Redução da carga tributária das famílias através do aumento das comparticipações do Estado nos encargos com a educação e saúde, permitindo um aumento dos rendimento disponíveis das mesmas;
- Dedução de 50% dos encargos com a providencia social dos empregados domésticos;
- Adopção de mecanismos de regularização de dívidas fiscais em regimes prestacionais excepcionais;
- Adopção de um quadro de medidas para a recuperação das dívidas fiscais das empresas em situação financeira difícil;
- Promoção de medidas conducentes às assinaturas das convenções da não dupla tributação.

3.4. Análise das Despesas

3.4.1. Despesa Globais

129. A evolução das despesas do Estado tem seguido uma trajectória prudente, em coerência e consentânea com a política orçamental traçada pelo Programa do Governo, isto é, uma política de qualificação de despesas num quadro da sustentabilidade orçamental e financeira. Tem-se procurado por um lado uma contenção sustentada das despesas de funcionamento, permitindo libertar recursos significativos e crescentes para serem canalizados para o financiamento dos investimentos públicos em sectores prioritários, de modo a potenciar o desenvolvimento equilibrado, aliviar a pressão do Estado sobre o crédito interno, potenciar a redução da taxa de juros, estimular a economia privada, reforçar o nível de reservas externas e consolidar as bases da estabilidade e paridade da moeda nacional.
130. Os desafios que se colocam a Cabo Verde são enormes. A graduação de Cabo Verde como País de desenvolvimento médio, constitui um elemento novo, de natureza diferente, isto é, desafio da própria capacidade de financiar parte significativa do desenvolvimento, logo, do investimento público. A provável diminuição a prazo de recursos externos sob a forma concessional impõe ao orçamento do Estado, desde logo, o repto de obtenção de saldos correntes positivos crescentes, não só pela via do aumento de receitas, mas, também sobretudo, através da contenção de despesas de funcionamento e da melhoria da eficácia e eficiência na aplicação dos recursos.
131. Em 2010 estima-se que o global das despesas públicas ascenda os 61.413,4 milhares de contos. A despesa global vem aumentando nos últimos anos, mas por conta das despesas de investimentos. Esta passou de 37,5% do total em 2007 para 39,8% em 2008 e 44,6% em 2009. Em contrapartida as despesas de funcionamento vem diminuindo, passando de 62,5 em 2007 para 50,3 em 2010.
132. Para 2010, o montante global das despesas é fixado em 61.413.4 milhares de contos (aumento de 14,2 % em relação á estimativa de 2009) das quais 30.898

milhares de contos para despesas de funcionamento e 30.516 milhares de contos para despesas de investimento, um aumento de 3,1% para as despesas de funcionamento e um aumento de 26,4 % para as de investimento em relação a estimativa para 2009. As despesas de investimento continuam em ascensão, tanto em valor absoluto (6.369,8 milhares de contos), como no peso no montante global das despesas, que passa de 44,6 em 2009 para 49,7% em 2010.

Figura XIX - Evolução das Despesas Públicas
(em milhares de contos)

Designação	Conta 2007	Conta 2008	Est Orç 2009	Orç 2010	Variação (%)			Estrutura (%)				Projeções	
					08/07	09/08	10/09	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesa corrente	23.049	24.911	29.528	30.660	8,1	18,5	3,8	99,2	99,0	99,7	99,2	31.628	33.319
Despesa com pessoal	10.902	11.329	12.782	14.665	3,9	12,8	14,74	46,9	45,0	43,2	47,5	15.280	15.985
Aquisição de bens e serviços	459	448	632	681	-2,5	41,3	7,66	2,0	1,8	2,1	2,2	752,4	787
Fornecimentos e serv. externos	1.705	1.865	2.107	2.481	9,4	13,0	17,79	7,3	7,4	7,1	8,0	2.461,1	2.575
Encargos da dívida	1.881	1.847	2.346	2.532	-1,8	27,0	7,91	8,1	7,3	7,9	8,2	2.079	2.411
Transferências correntes	5.183	6.188	6.935	7.464	19,4	12,1	7,63	22,3	24,6	23,4	24,2	7.172	7.503
Subsídios	337	932	845	510	176,5	-9,3	-39,59	1,4	3,7	2,9	1,7	906	944
Outras despesas correntes	2.582	2.302	3.882	2.326	-10,8	68,6	-40,07	11,1	9,1	13,1	7,5	2.977	3.115
Despesas correntes primárias	21.168	23.064	27.182	28.128	9,0	17,9	3,48	91,1	91,7	91,8	91,0	29.549	32.122
Despesas de capital	196	253	92	238	29,3	-63,6	158,04	0,8	0,3	0,3	0,8	321	330
Total despesa funcionamento	23.245	25.164	29.620	30.898	8,3	17,7	4,31	100,0	100,0	100,0	100,0	31.949	33.649
Total despesas de funcionamento	23.245	25.164	29.620	30.898	8,3	17,7	4,31	62,5	60,2	55,1	50,3	31.949	33.649
Total Programa de Investimento Público	13.963	16.604	24.146	30.516	18,9	45,4	26,38	37,5	39,8	44,9	49,7	34.730	33.095
Total global de despesa	37.208	41.768	53.766,5	61.414	12,3	28,7	14,22	100,0	100,0	100,0	100,0	66.678	66.744

3.4.2. Despesas de Funcionamento

3.4.2.1. Execução em 2009 e Previsão para 2010

133. Estima-se que a despesa de funcionamento até final de 2009 ascenderá os 29.620 milhares de contos, uma redução em relação ao orçamento inicialmente previsto. A diminuição da despesa deve-se à medida de contenção para ajustar ao cenário de redução efectiva de receitas fiscais, resultado do efeito da crise internacional.

134. As despesas de funcionamento continuam marcadas por uma excessiva rigidez estrutural, onde as despesas obrigatórias constituem cerca de 84% do montante total do orçamento, sendo as despesas com o pessoal cerca de 47,5% e 9 % com os Encargos Comuns, sobretudo as transferências aos Municípios, Pensões, Restituições, indemnizações e subsídios.

135. Para 2010, o montante global das despesas de funcionamento cifra-se em 30.898 milhares de contos, um aumento de 4,31% em relação à estimativa de 2009.

3.4.2.2. Por Classificação Económica

136. Despesa com pessoal – Trata-se da mais importante rubrica das despesas de funcionamento, com um peso ainda elevado. O aumento do pessoal deve-se a contenção de novos recrutamentos nos sectores prioritários, a saber a Educação, Saúde, Segurança e Justiça.
137. Para 2010, prevê-se um crescimento da massa salarial da ordem dos 14,74 % em relação à estimativa de 2009, e que ficará a dever-se, sobretudo, à previsão de recrutamento em Ministérios que tinham previsto fazê-lo este ano e diferiram, sendo sobretudo os Ministérios ainda em fase de consolidação e os que possuem importantes carteiras de investimentos.
138. Fornecimentos e Serviços Externos – Trata-se de uma rubrica de capital importância não só devido ao seu peso no montante global das despesas mas sobretudo pela sua relevância no funcionamento dos serviços. Nos últimos anos, a verba que lhe foi sucessivamente destinada revelou-se insuficiente para fazer face às reais necessidades, e por outro lado a criação de novos serviços (novas escolas, novos centros de saúde entre outros). O orçamento de 2010 vem na linha do ano anterior, consolidar o orçamento, integrando os serviços que anteriormente não constavam do OE.
139. Numa perspectiva de se chegar a um montante mais realista e na criação e/ou ampliação dos serviços, aumentou-se a verba nessa rubrica, passando em termos de estrutura em relação do total de despesas de 7,1 % em 2009 para 8,0% em 2010.

140. Encargos da dívida – Tem aumentado num ritmo superior ao total do orçamento de funcionamento, dado que tem acompanhado o ritmo do orçamento de investimento, relativamente aos empréstimos contratados no quadro da infra-estruturação económica do país.
141. Transferências Correntes – Constitui um dos maiores agrupamentos de despesas (24,2 % do total das despesas de funcionamento em 2010) e agrupa sobretudo grande parte dos Encargos Gerais geridos pelo Ministério das Finanças, designadamente Transferência aos Municípios e às famílias.
142. O montante a executar em 2009 deve rondar os 6.935 milhares de contos, com destaque para as transferências aos Municípios, Pensões (de aposentação e regime não contributivo, sendo este último tem vindo a aumentar quer em valor absoluto como em números de beneficiários).
143. O montante da transferência corrente previsto para 2010 é superior ao de 2009 em cerca 529 milhares de contos, superiores em 7,63 %, devendo este acréscimo sobretudo às Transferências aos Municípios, com aumento de 1,61% (+321 milhares de contos) e Pensões superior em 17,3% (385 milhares de contos).
144. Subsídios – O montante orçamentado destina-se ao pagamento do défice tarifário à ELECTRA e subsídios a linhas marítimas deficitárias.
145. Outras Despesas correntes – Este agrupamento abrange rubricas com montantes significativos. Em 2010 apresenta uma diminuição de cerca de 40,07% derivado essencialmente da conclusão dos pagamentos de atrasados acordados com o FMI e o Banco Mundial.

3.4.2.3. Por Classificação Orgânica

146. Em termos de classificação orgânica, a repartição consoante o peso no total das despesas de funcionamento apresenta, Encargos Gerais da Nação com 3%, Fundos e serviços Autónomos 18 % e, Serviços Simples 79%.
147. Não são substanciais as alterações em 2010, comparativamente com o orçamento de Estado anterior sendo os sectores com maior peso o Ministério das Finanças (encargos comuns) Educação, Saúde, Segurança (MAI) e Justiça.
148. Ministério das Finanças – Este Ministério é responsável pela realização de cerca de 43,4% do orçamento do funcionamento do Estado, sendo à volta de 7% destinado ao funcionamento do próprio Ministério e 93% destinado a fazer face aos Encargos Comuns. Os encargos do Estado geridos por este Ministério, são constituídos no essencial pelos Encargos da Dívida, Transferências aos Municípios, Quotas a Organismos Internacionais, Outras Transferências, Pensões, Restituições, Indemnizações e outros encargos de natureza comum.
- Em 2009, espera-se que a execução orçamental do Ministério das Finanças se aproxime dos 97% do total orçamentado (13,168 milhares de contos), Para 2010, fixa-se o montante em 13.410 milhares de contos, seja uma diminuição de 1,8% em relação a 2009. A nível dos encargos comuns houve uma diminuição e deve-se à diminuição de outras despesas correntes.
 - Transferência aos municípios – mais 321 milhares de contos;
 - Pensões – mais 385 milhares de contos
 - Outras Despesas Correntes – menos 1.796 milhares de contos.
149. O orçamento de funcionamento do Ministério da Educação absorveu de 2007 a 2009, cerca de 23% do total de despesas. Coube a este ministério em 2010, uma fatia de 22,1%, correspondente a um acréscimo de 4,5% em relação a 2009.
150. Ministério da Saúde – Este Ministério apesar de absorver uma fatia importante das despesas de funcionamento, que rondou os 8,4% nos últimos

anos. Para 2010 apresenta um crescimento de 8.6%. Isto deve-se a uma recrutamento dos técnicos de saúde para os Hospitais Regionais e os novos Centros de Saúde.

151. Ministério da Administração Interna (MAI) –O sector em termos de peso ocupa 6,1% do total do orçamento e apresenta um crescimento de 10,3% em relação a 2009 facto aliás que já vem acontecendo nos últimos anos, devido a recrutamento de agentes da Policia Nacional no quadro de reforço da segurança. Importa realçar que em finais de 2009 entrarão mais 240 elementos e em 2010 mais 60 novos agentes .

152. Ministério da Justiça (MJ) – Este sector nos últimos anos vem ganhando peso no orçamento, passando de 4,2% em 2009 para 4,3% em 2010, apresentando um crescimento de 7.0%. Este crescimento deve-se ao recrutamento dos Guardas Prisionais, Oficiais de Diligências, Notários e a implementação do novo Estatuto da Policia Judiciaria

Figura XX - Despesa de Funcionamento por Classificação Orgânica
(em milhares de contos)

Designação	Conta 2007	Conta 2008	Est Orç 2009	Orç 2010	Variação (%)			Estrutura (%)				Projeções	
					07/08	08/09	09/10	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Presidência da República	103	123	120	135	19,8	-2,6	12,2	0,4	0,5	0,4	0,4	142	147
Assembleia Nacional	570	603	630	650	5,7	4,6	3,2	2,5	2,4	2,1	2,1	676	703
Supremo Tribunal de Justiça	27	29	42	52	6,9	45,6	23,7	0,1	0,1	0,1	0,2	55	57
Procuradoria Geral da República	27	27	33	38	1,6	18,8	16,5	0,1	0,1	0,1	0,1	39	41
Tribunal de Contas	60	60	83	95	0,3	38,6	13,4	0,3	0,2	0,3	0,3	98	102
Comissao Nacional de Eleicoes		19	28	33		44,3	19,7			0,1	0,1	35	36
Comissao Recenseamento Eleitoral			56	56			0,0			0,2	0,2	58	61
Chefia do Governo	484	454	487	524	-6,2	7,2	7,6	2,1	1,8	1,6	1,7	566	589
Ministério do Cultura	127	129	161	164	1,9	24,0	2,4	0,5	0,5	0,5	0,5	171	176
Ministério da Defesa	640	646	682	713	1,0	5,5	4,5	2,8	2,6	2,3	2,3	741	771
Ministério da Econ. Cresc. Comp.	211	194	194	217	-8,1	0,2	11,8	0,9	0,8	0,7	0,7	237	242
Ministério da Educ. e Ensino Superior	5.688	5.854	6.531	6.822	2,9	11,6	4,5	24,5	23,3	22,0	22,1	7.163	7.378
Ministério da Justiça	600	642	1.253	1.340	7,1	95,0	7,0	2,6	2,6	4,2	4,3	1.394	1.449
Ministério da Administração Interna	1.348	1.379	1.698	1.873	2,3	23,1	10,3	5,8	5,5	5,7	6,1	1.967	2.046
Ministério da Ref. Estado e Adm.Pública	0	0	0		-		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0
Ministério da Saúde	2.061	2.067	2.484	2.672	0,3	20,2	7,5	8,9	8,2	8,4	8,6	2.832	2.946
Ministério das Finanças	9.691	11.298	13.168	13.410	16,6	16,6	1,8	41,7	44,9	44,5	43,4	13.596	14.649
Dos quais: Encargos Comuns	10.778	11.185	12.244	12.380	3,8	9,5	1,1	46,4	44,4	41,3	40,1	12.607	13.602
Ministério das Infra., Transportes e Mar	239	241	239	247	0,7	-0,5	3,3	1,0	1,0	0,8	0,8	257	267
Ministério do Ambiente e da Agricultura	414	438	571	615	5,7	30,4	7,8	1,8	1,7	1,9	2,0	640	665
Ministério do Trabalho e da Família	200	179	279	283	-10,4	55,6	1,7	0,9	0,7	0,9	0,9	295	307
Ministério dos Negócios Estrangeiros	714	741	832	905	3,8	12,2	8,9	3,1	2,9	2,8	2,9	933	960
Ministério da Desc., hab. Ord. do territ	40	40	50	53	-1,2	25,5	6,4	0,2	0,2	0,2	0,2	55	57
Total	23.244	25.164	29.620	30.898	8,3	17,7	4,3	100	100	100	100	31.949	33.649
Ministérios e Órgãos de Soberania	19.457	21.349	24.334	25.305	9,7	14,0	4,0	84	85	82	82	31.949	33.649
Fundos e Serviços Autónomos	3.787	3.815	5.287	5.593	0,7	38,6	5,8	16	15	18	18	0,0	0,0

3.4.3. Evolução da Despesa de Investimento

153. A execução do programa de investimentos atingiu em 2008 os 16.657,6 milhares de contos, o que representa 94% do montante inicialmente programado para esse ano e 70% do orçamento corrigido.
154. Os programas que mais contribuíram para a execução do Programa de Investimento Público nesse ano foram os das Infra-estruturas e Transportes (36%), Agricultura e Ambiente (11,7%), Saúde (6,6%), Reforma de Estado e Administração Pública (6,5%), Educação (5,2%). Em termos de modalidade de financiamento o financiamento interno representa 24% do executado e o financiamento externo 68%.
155. Apesar do arrefecimento na arrecadação das receitas fiscais no primeiro trimestre e com uma tendência para o abrandamento até o final do ano, prevê-se uma taxa de execução de 95% do orçamentado reprogramado por conta dos recursos externos mobilizados para o investimento público.
156. Analisando as rubricas económica, as despesas de investimento têm se concentrado nas despesas de capital, 70% em média nos últimos três anos, sendo 61,4% com imobilizações corpóreas. As despesas correntes representam 30% do orçamento sendo as mais significativas as despesas com outros fornecimentos e serviços, que representa 16,9 % da execução. Para 2009 mantém-se a mesma proporção.

Figura XXI - Evolução do Programa de Investimento em Relação ao PIB

(em milhares de contos)

Financiamento	2007	%	2008	%	2009 Programado	%	2010 Previsão	%
Interno	2.638,5	2,3	4.562,3	3,6	7.017,6	5,0	5.262,5	3,5
Donativos	6.290,3	5,4	6.057,6	4,8	7.371,7	5,3	8.516,9	5,6
Empréstimos	4.470,0	3,9	6.037,8	4,7	6.600,8	4,7	16.736,3	11,0
PIB	115.659,4	11,6	127.225,3	13,1	139.947,8	15,0	151.901,2	20,1

3.4.4. Política de Investimentos para 2010

3.4.4.1. Quadro Referencial

157. A Política de Investimento para 2010 também vai de encontro aos eixos de desenvolvimento definidos na Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza para o período 2008-2011 e pelos seus objectivos estratégicos de médio e longo prazo:
158. A concretização desses objectivos passa necessariamente pela implementação dos cinco eixos estratégicos:
159. Reforma do Estado – define as estratégias de intervenções do Estado na sua função normativa e reguladora, para assegurar uma maior transparência na gestão da coisa pública e consequentemente uma boa governação;
160. Capital Humano – define as estratégias para a modernização do sistema educativo, formação técnico-profissional, estruturação e melhoria da qualidade dos serviços de saúde, promoção da cultura, e dinamização dos programas da juventude e desportos.
161. Competitividade – define as estratégias para assegurar a estabilidade macroeconómica necessária ao crescimento e desenvolvimento do país.
162. Infra estruturação – define as estratégias para o desenvolvimento regional e a coesão territorial, a promoção habitacional, a requalificação urbana, o saneamento básico a modernização das infra-estruturas de transportes rodoviárias, aéreos e portuários, e o desenvolvimento do sector energético.
163. Coesão Social – define as estratégias que visam a melhoria das condições laborais, do sistema de protecção social, a dinamização do emprego, a segurança alimentar.

164. Para além dos eixos assim definidos, outras questões são destacadas, dado o seu carácter transversal: género, juventude, demografia, ambiente, investigação e cidadania.

3.4.4.2. Parceiros de Desenvolvimento

165. Em 2010 vai se dar continuidade aos acordos e programas de cooperação estabelecidos com os parceiros de desenvolvimento, e a conclusão de projectos estruturantes.

166. O acordo para o desenvolvimento do programa de infra-estruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, foi estabelecido com Portugal através de um empréstimo concessional para o período 2007-2011.

167. O programa ORET vai permitir o financiamento de dois grandes projectos, Navio Patrulha e Centrais Únicas de S. Nicolau, Stº Antão, Fogo e Boa Vista, este último com o co-financiamento da OPEP e do BAD.

168. O projecto anel rodoviário cujo término também está previsto para 2010 foi co-financiado pelos parceiros BADEA, OPEP e Fundo Saudita.

169. O projecto de aumento de capacidade de produção e interligação de Santiago é co-financiado pelos parceiros BIDC, JICA (Japão) e BAD. O seu término está previsto para 2010.

170. Através do FAD (Espanha) serão desenvolvidos importantes projectos no domínio das infra-estruturas de frios, transportes marítimos, equipamentos para aeroportos e infra-estruturas de produção de água.

171. Terão continuidade os projectos na área da formação técnica e profissional, e descentralização financiados pela Cooperação Luxemburguesa, assim como o projecto Formação Profissional e Ensino Técnico financiado pela Cooperação Holandesa para o período 2008-2011.

172. Importantes projectos serão desenvolvidos com o apoio da China através das modalidades Donativo (Estádio Nacional, Maternidade e Central e Consulta e Escolas Rurais), e Empréstimo concessional (Governação Electrónica e aquisição de Scanners).
173. O programa MCA também será concluído em 2010.

3.4.5. Despesa de Investimento para 2010

174. Para 2010 prevê-se um investimento num total de 30.515,7 milhares de contos, que representa 20,1% do PIB estimado para o período.
175. Num cenário de crise internacional (financeira, energética, imobiliária e alimentar) cujos efeitos no país se evidenciam em vários sectores, mais a queda que se perspectiva em termos de receitas fiscais haverá uma diminuição do financiamento interno e um aumento dos recursos através da modalidade de empréstimo.
176. Do total dos investimentos previstos, cerca de 80,6% são direccionadas para as despesas de capital que evidenciam a formação bruta de capital fixo.
177. Analisando a estrutura de financiamento, o financiamento representa 20% e o externo 80% do total orçamentado.

3.4.5.1. Financiamento Interno

178. Prevê-se um financiamento interno de 5.262,5 milhares de contos, sendo 5.150,5 milhares de contos provenientes das receitas do Tesouro, resultado do saldo corrente e do endividamento interno, e 0,1 milhares de contos provenientes das receitas do Cofre Geral da Justiça.

Figura XXII - Orçamento 2009 por Tipo de Financiamento
(em milhares de contos)

Tipo de Financiamento	Montante	%
Tesouro	5.150,5	16,9
Cofre Geral da Justiça	112,0	0,4
Ajuda Alimentar	195,8	0,6
Donativos	8.321,0	27,3
Empréstimos	16.736,3	54,8
Total	30.515,7	100,0

3.4.5.2. Financiamento Externo

179. O financiamento externo é de 25.253 milhares de contos, sendo 16.736 milhares de contos (66%) provenientes de empréstimos concessionais e 8.321 milhares de contos (34%) provenientes de donativos, dos quais 0,2 milhares de contos sob forma de ajuda alimentar.

180. Mantém-se as modalidades de financiamento: ajuda orçamental, ajuda directa a projectos, empréstimos concessionais, alívio do serviço dívida sob condição de financiamento de projectos de investimento e ajuda alimentar.

I. A ajuda orçamental representa 18,8% do financiamento externo e 15% do total dos investimentos. Apresentamos aqui a previsão dos principais engagements num quadro evolutivo de 2007 a 2010:

Figura XXIII - Evolução de Ajuda Orçamental 2007 -2010
(em milhares de contos)

Ajuda Orçamental	2006	2007	2008	2009	2010
Donativos	1.512,3	2.334,4	1.667,8	1.893,5	1.820,0
Áustria	99,2	551,3	44,0	147,0	165,4
Holanda	275,7	275,7	164,6	481,2	
Holanda - PANA II	551,3	551,3	551,3	165,0	
Espanha	0,0	330,8	331,5	330,8	405,2
União Europeia	540,3	540,3	496,4	551,3	992,4
Reino Unido	45,7	85,0	80,0	52,8	36,5
Portugal				165,4	220,5
Empréstimo	891,0	1.252,3	751,7	1.164,9	2.935,3
Banco Mundial	891,0	860,0	410,5	790,0	2.205,3
BAD (PASRP)	0,0	392,3	341,2	374,9	730,0
Total	2.403,3	3.586,7	2.419,5	3.058,4	4.755,3

3.4.5.3. Eixos Prioritários

2. Para Orçamento de Estado mantém-se as prioridades para os sectores da segurança, políticas sociais, e com uma forte orientação para a infra estruturação económica que irá contribuir para o crescimento económico e para a diminuição da taxa de desemprego.
3. Analisando a estrutura funcional do programa de investimentos para 2010 nas duas principais componentes, a função económica representa 57% e a função social 19%.
4. Uma análise mais detalhada dos eixos da estratégia de crescimento e de redução da pobreza permite visualizar a afectação dos recursos pelas prioridades definidas.

Figura XXIV - Evolução da Execução do Programa de Investimentos por Eixos do DECRP- 2007 -2010

(em milhares de contos)

Eixos DECRP	2007			2008			2009			2010
	Aprov	Exec	%	Aprov	Exec	%	Aprov	Estimativa Exec	%	Previsão
Transversal					1.166,7	7,0	998,9	799,1	80,0	425,3
I - Boa Governação	1.911,7	2.439,9	127,6	2.188,2	1.744,7	79,7	2.797,0	2.657,2	95,0	3.336,2
II - Capital Humano	1.912,4	1.833,2	95,9	2.195,9	2.283,2	104,0	3.305,5	3.140,2	95,0	3.366,0
II - Competitividade	2.745,8	1.585,7	57,8	2.270,3	1.795,8	79,1	2.278,5	2.164,6	95,0	2.303,9
IV -Infraestruturação	7.327,2	6.079,7	83,0	8.505,1	8.541,9	100,4	9.840,4	13.792,3	140,2	19.520,4
V- Coesão Social	2.443,4	2.024,6	82,9	2.421,5	1.125,3	46,5	1.769,7	1.592,8	90,0	1.563,9
Total	16.340,5	13.963,1	85,5	17.581,0	16.657,6	94,7	20.990,1	24.146,2	115,0	30.515,7

- O eixo Infra-estruturação representa 64% sendo as maiores realizações previstas no domínio da construção de estradas (20,7%), expansão de portos (20,1%), e infra-estruturas de produção e distribuição de energia (9,5%). Se ao eixo de infra- estruturação adicionarmos as infra-estruturas a serem realizadas nos sectores da educação, saúde e justiça atingimos os 69% do total orçamentado.
- O eixo Boa Governação representa 10,9%, e destacam-se todos os investimentos previstos para o programa de infra-estruturação electrónica, e realização das próximas eleições legislativas e presidenciais.
- O eixo Capital Humano representa 11% sendo os maiores investimentos previstos para o sector da educação (5,3%), saúde (2,9%) e formação profissional (1,7%). A redução percentual dos investimentos na saúde em relação aos anos anteriores se justifica com o cumprimento da realização do programa de infra-estruturação do sector, e os custos recorrentes destes investimentos estão reflectidos no orçamento de funcionamento do sector.
- O eixo Competitividade representa 7,5 % e como maiores investimentos previstos para o sector da agricultura (5,2%). Também dá-se continuidade aos programas de promoção de pequenas e médias empresas.
- O eixo da Coesão Social representa 5,1% que corresponde aos investimentos nos programas de apoio social às camadas mais desfavorecidas, sendo os mais representativos os programas de protecção social. Entendemos também que outros investimentos que favorecem a coesão social serão realizados nos sectores da educação (programa de apoio social escolar), emprego e formação

profissional (programa de emprego público e formação), saúde (promoção da saúde e melhoria da prestação de cuidados), e juventude (programa de inserção dos jovens). Os investimentos direccionados para a coesão social representariam assim 6,9% do total do orçamento.

3.4.5.4. Empregos criados

10. Em 2009, através do programa de micro-realizações, que tem como principal objectivo minimizar os efeitos do mau ano agrícola com a criação de postos de emprego no domínio da habitação, desporto, agricultura e infra-estruturas rurais prevê-se criar 7.123 postos de empregos temporários.
11. Com um aumento que se pretende do pacote de investimentos para esse programa prevê-se a criação de cerca de 11.800 postos de trabalho em 2010.

3.4.6. Projecção 2010-2012

12. Como resultados dos recursos mobilizados até este momento para o programa plurianual de investimentos pode-se apresentar a previsão para os próximos anos.

Figura XXV - Projecção de Financiamento 2010 a 2012
(em milhares de contos)

Estrutura do financiamento	2010	2011	2012
donativo	8.516,9	6.154,1	7.020,4
empréstimo	16.736,3	21.751,7	18.568,7
interno	5.262,5	6.823,9	7.506,3
Total	30.515,7	34.729,7	33.095,4

3.4.7. Seguimento e avaliação

13. Para assegurar o seguimento das acções e intervenções previstas, vai se dar continuidade ao desenvolvimento de um sistema de seguimento e avaliação, inserido no Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF), que contempla o seguimento financeiro da execução dos programas e também dos indicadores físicos dos projectos de investimento, assim como dos indicadores de resultado da matriz da ECRP.

3.5. Dívida Pública e Financiamento Programado 2010

3.5.1. Enquadramento

181. Tendo em conta a peculiaridade da conjuntura macroeconómica do país, principalmente no que tange à sustentabilidade orçamental e à sua dependência ao financiamento externo, o Governo tem implementado reformas estruturais com vista à criação de um espaço orçamental de modo a fazer face à crise bem como a possíveis choques externos.
182. No que se refere à dívida pública, a sua gestão tem decorrido num ambiente de concertação entre a Política Orçamental do Estado e a Política Monetária executada pelo Banco de Cabo Verde, visando a sustentabilidade global da economia de Cabo Verde, ancorada na sustentabilidade do regime cambial e na promoção do crescimento económico sustentável através da canalização do financiamento interno e externo para projectos estruturantes e com elevada taxa de retorno.
183. O Governo na sua política de gestão orçamental tem primado pela estruturação do financiamento ao orçamento, sendo o interno residual e o externo em termos concessionais. Por outro lado, tem-se privilegiado a garantia da sustentabilidade da dívida a médio/longo prazo, quer em termos do seu peso no PIB quer em termos do rácio serviço da dívida/PIB.

3.5.2. Evolução da Dívida Pública

184. A dívida pública total, excluindo atrasados da dívida interna e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira - TCMF, manteve a sua trajetória ascendente em termos absolutos, totalizando nos finais de 2007, 76.266 milhares de contos contra 77.013 milhares de contos de 2008 e prevê-se um stock de 94.645 milhares de contos em Dezembro de 2009.
185. Prevê-se um crescimento de 17.632 milhares de contos em 2009 face ao ano transacto, e de 21.989 milhares de contos em 2010, contribuindo a componente externa concessional, em grande parte.
186. No que se concerne ao rácio da dívida pública em relação ao PIB, este situou-se em 57,50% em 2008 e perspectiva-se que aumente para 66,67% e 76,78 respectivamente em 2009 e 2010.

Figura XXVI - Principais Indicadores da Dívida
(em milhares de contos)

PRINCIPAIS INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA								
	Ano				Txa. crescimento			
	2007	2008	Prev 2009	2010 Prev	08/07	09/08	10/09	
Estoque Global	76.266	77.013	94.645	116.634	1,0%	22,9%	23,2%	
Dívida Interna	27.602	25.104	27.204	31.059	-9,1%	8,4%	14,2%	
Dívida Externa	48.664	51.909	67.441	85.575	6,7%	29,9%	26,9%	
Varição em valores absolutos		747	17.632	21.989				
Dívida Interna		-2.499	2.100	3.855				
Dívida Externa		3.246	15.532	18.134				
PIB	121.753	133.928	141.964	151.901				
Estoque Global da dívida em % do PIB	62,64	57,50	66,67	76,78				
Estoque da dívida interna em % do PIB	22,67	18,74	19,16	20,45				
Estoque da dívida externa em % do PIB	39,97	38,76	47,51	56,34				
Varição Pontos percentuais total da dívida		-5,1	9,2	10,1		21,9%	0,3%	
Varição em pontos percentuais dívida interna		-3,9	0,4	1,3		17,4%	5,8%	
Varição em pontos percentuais dívida externa		-1,2	8,7	8,8		23,3%	-3,0%	

3.5.3. Dívida Interna

187. Numa análise desagregada da dívida pública, constatou-se que o stock da dívida interna nos finais de 2008 foi de 25.104 milhares de contos, cerca de

2.499 milhares de contos abaixo do valor registado no ano transacto. Para finais de 2009, prevê-se um aumento de 2.100 milhares de contos.

188. Em termos globais, em Dezembro de 2008 o montante de BT's em circulação era de 3.004,9 milhares de contos e o de OTNS era de 20.182 milhares de contos, totalizando cerca de 92% do total do stock da dívida interna. Os protocolos e outros créditos representavam cada um, 4% do total do stock da dívida interna. Do total do stock, 53% foi financiado pelo sistema bancário e 47 % pelo sistema não bancário.
189. Em termos de evolução, a dívida interna deverá aumentar em cerca de 8,4% em finais de 2009 comparado a 2008 e prevê-se uma aceleração de 14,2% em 2010 face a 2009.
190. Tomando como referência o rácio da dívida interna em relação ao PIB, este apresenta uma tendência crescente, tendo sido 18,74% em 2008. Prevê-se que se situe em torno de 19,16% e 20,45% respectivamente em 2009 e 2010.

3.5.4. Dívida Externa

191. No que respeita ao stock da dívida externa, este tem evidenciado uma evolução ascendente nos últimos anos, condicionada pela entrada de desembolsos relativos á contratação de novos empréstimos bilaterais e multilaterais.
192. Em 2008, o stock da dívida externa era de 51.909 milhares de contos e perspectiva-se que seja de 67.441 milhares de contos para o final do ano 2009, um aumento em valores absolutos de 15.532 milhares de contos, representando um acréscimo em termos percentuais de 29,9%. O aumento do stock esperado em finais de 2009 comparativamente com o ano transacto deve-se em grande parte à previsão de entrada de desembolsos relativos aos acordos assinados em 2005, 2006, 2007 e 2008, que ainda se encontram em fase de execução, em áreas estruturantes para o desenvolvimento do país, nomeadamente infra-estruturas, saneamento, educação, saúde, agricultura e reformas.

193. O stock reflecte uma estrutura predominantemente multilateral, em cerca de 81%, contra 19% de créditos bilaterais, sendo que a média de maturidade dos créditos multilaterais é de 32 anos, dos bilaterais de 20 anos e dos créditos comerciais em torno de 12 anos. O Portfólio em 2008 reflecte uma média global de maturidade em torno de 25 anos, ou seja de longo prazo.
194. Em relação ao rácio serviço da dívida externa /PIB, este tem evidenciado uma diminuição, passando de 1,92% em 2007 para 1,82% em 2008, resultante em parte da depreciação do USD em relação ao ECV nos últimos anos, á performance do PIB e continuidade da política de contratação de créditos concessionais.
195. No que tange ao rácio serviço da dívida externa /receitas orçamentais internas, constatou-se 8,1% em 2007, contra 7,5% em 2008, verificando-se uma diminuição 0,6 p.p.
196. O rácio da dívida externa em relação ao PIB atingiu 38,76% em finais de 2008 e prevê-se que seja de 47,51% em finais de 2009, uma aumento de 8,7 p.p. Em relação a 2010, perspectiva-se que o peso da dívida externa no PIB atinja 56,34%, um aumento de cerca de 8,8% comparativamente ao ano de 2009.

3.5.5. Programação para o Ano 2010

197. Relativamente às programações para o ano de 2010, o stock da dívida pública ascenderá a 116.634 milhares de contos, representando um acréscimo de 23,2% comparativamente ao estimado para 2009. No respeitante ao rácio da dívida pública/PIB, perspectiva-se que venha a atingir 76,78% em 2010, traduzindo-se num aumento de 10,1 p.p face a Dezembro de 2009.
198. Em relação endividamento interno, prevê-se a continuidade da política orçamental executada em 2009, financiando-se o Orçamento do Estado em torno de 20%, prevendo-se que o rácio dívida interna/PIB se situe em torno dos 18,6%.

199. Quanto à dívida externa, projecta-se para o ano de 2010 um acréscimo de 26,9%, justificado em parte pela entrada de desembolsos externos relativos a acordos de empréstimos na modalidade de ajuda orçamental, bem como dos desembolsos de empréstimos para financiar projectos de investimento já contratados.
200. Relativamente ao serviço da dívida total para 2010, perspectiva-se ascender a cerca de 8.556,89 milhares de contos, sendo 66,06% do previsto para a dívida interna e 33,94% para a dívida externa.
201. Estas programações têm subjacente, uma política de não acumulação de atrasados, quer internos quer externos.

Figura XXVII - Serviço da Dívida Pública para 2009
(em milhares de contos)

Serviço da Dívida Pública 2010			
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total Geral
Capital	3.925,8	2.113,8	6.039,6
Juros	1.727,3	790,0	2.517,3
Total	5.653,1	2.903,8	8.556,9
Var. % do Total	66,1	33,9	100

3.5.6. Financiamento

202. Visando compensar a redução dos influxos de capital externo privado e os efeitos que já se fazem sentir sobre a economia real durante 2009, o Governo decidiu expandir o orçamento de modo a suportar o consumo interno e o investimento. Assim, os efeitos da crise mundial a nível do crescimento da economia nacional têm sido mitigados através de um importante suporte do Governo à economia, graças ao espaço fiscal/orçamental que vinha sendo criado nos últimos anos, ilustrado principalmente pela redução do rácio dívida pública/PIB de 73,1% em 2006 para 66,6% em 2009.
203. De salientar que a maioria dos recursos externos para o financiamento dos projectos inscritos no Orçamento do Estado foram mobilizados através de

empréstimos concessionais e que o recurso a um maior endividamento interno em 2010 comparativamente a 2009, se justifica pela redução do saldo corrente, condicionado pela desaceleração na arrecadação de receitas fiscais, principalmente o IVA.

204. Assim para o financiamento do Défice Orçamental programado para 2010, deverá o financiamento interno contribuir com 18,6 % do total, 13,5 p.p abaixo do orçado em 2009, denotando claramente uma preferência para o endividamento externo, ancorado no regime cambial vigente.

Figura XXVIII - Política da Dívida para 2010

A política da dívida pública tem-se ancorada na lei de Enquadramento Orçamental, nas disposições do Orçamento do Estado e nas do PSI - Policy Support Instrument, assinado com o FMI em Julho de 2006, garantindo o financiamento ao Estado de forma sustentável.

No que se refere à gestão corrente, se propõe, maximizar o financiamento concessional, contratando empréstimos externos a baixo custo e longa maturidade, garantir a credibilidade do regime de Câmbio Fixo - Peg e satisfazer as necessidades de financiamento do Governo, minimizando desta feita o seu custo.

Com a graduação de Cabo Verde para o Grupo de Países de Rendimento Médio, em termos de estratégia, os grandes desafios se traduzem em:

- Manter o nível de empréstimos externos concessionais, garantindo o **Baixo Custo** do financiamento público;

Acautelar igualmente os **Riscos** inerentes á carteira da dívida pública, entre os quais o **Risco Cambial**, que pressupõe uma análise quanto á composição da moeda do passivo, ao desfasamento entre as divisas que compõem o passivo e o activo do Banco Central, bem como, as demais vulnerabilidades da balança de pagamentos.

Constitui prioridade da gestão da dívida externa, a contratação de empréstimos em euros, tendo em vista atenuar a exposição cambial actual da carteira, bem como atenuar as vulnerabilidades externas da economia que acentuam essa exposição.

Relativamente á dívida interna, um dos principais objectivos é o de analisar e

programar as emissões dos Títulos do Tesouro, tendo em vista a redução do risco de refinanciamento na carteira, a manutenção da média de maturidade em torno de 10 anos e a diversificação de instrumentos de financiamento no mercado interno;

Constituem ainda objectivos da Política da Dívida Pública:

- O desenvolvimento do mercado de títulos da dívida pública, permitindo desta feita a criação do mercado secundário activo, capaz de captar a poupança no país;
- Melhorar a coordenação entre a política fiscal e a política monetária;
- Seguir o risco contingente relativo aos passivos relacionados com empresas públicas.

3.6. Política dos Recursos Humanos da Administração Pública

3.6.1. Introdução

205. A reforma do Estado e da Administração Pública é vista como uma condição importante para o sucesso das políticas económicas e sociais, da transparência dos actos administrativos, de um melhor e maior acesso aos serviços públicos por parte dos cidadãos, um maior controlo social das instituições governamentais, enfim, factor da boa governação e da necessária *accountability* que deve caracterizar a gestão dos negócios públicos.

206. O desenvolvimento dos recursos humanos e a adopção de critérios modernos e rigorosos de gestão dos recursos públicos são dimensões essenciais da reforma do sector público e constituem suporte para a boa governação, pelo que, a Secretaria de Estado da Administração Pública tem priorizado na elaboração das políticas de gestão de recursos humanos as dimensões que se seguem.

3.6.2. Medidas de Política

3.6.2.1. Revisão dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública

207. Os desafios da sociedade cabo-verdiana no contexto da globalização e as transformações operadas a nível do ambiente organizacional da Administração Pública cabo-verdiana impõem que os mecanismos de gestão e desenvolvimento profissional dos agentes da Administração Pública sejam ajustados no sentido de valorizar as competências, distinguir os desempenhos elevados e os profissionais comprometidos com os objectivos e resultados da Organização.
208. A implementação de um novo PCCS decorrente da revisão do actual PCCS focalizada no pessoal do quadro comum. Pretende-se uma nova estruturação da carreira técnica, dando ênfase num novo instrumento de evolução profissional que proporcione novas formas de crescimento. Igualmente a construção de uma nova tabela salarial, que seja mais aliciante e motivadora e que estimule os agentes a se aplicarem no exercício das suas funções.
209. Um novo sistema de avaliação de desempenho baseado numa comprovação periódica entre os objectivos fixados para cada funcionário e os resultados efectivamente alcançados. Permitindo que, a avaliação seja feita através de critérios relevantes e validos, baseados em indicadores reais de desempenho; capaz de ser uma fonte de informação que permite gerir o recrutamento, a carreira, o sistema remuneratório e o desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários públicos.
210. A Administração Pública deve ter a garantia de ser servida por profissionais competentes. A Evolução na carreira deve ser com base no mérito e na performance avaliados mediante concurso.

3.6.2.2. Política de Formação Profissional Contínua dos Recursos Humanos da Administração Pública

211. A mudança de paradigma na Administração Pública Cabo-verdiana requer do pessoal dirigente, técnico e administrativo novas competências; novas práticas de gestão estratégica baseada em resultados, além de uma elevação no nível de desempenho. A transformação institucional do sector público de Cabo Verde tornou-se complexa, com as várias reformas em curso, demonstrando importantes desafios para a sua definição operacional e implementação.
212. A formação é hoje encarada como um dos principais instrumentos de desenvolvimento institucional de Cabo Verde. Deste modo, para que os objectivos estratégicos governamentais sejam alcançados de maneira eficiente e eficaz os recursos humanos da Administração Pública necessitam de conhecimentos, aptidões, competências e atitudes adequadas às actividades desempenhadas e alinhadas aos objectivos institucionais.
213. Além das necessidades imediatas de reforço das capacidades individuais ou a requalificação do pessoal excedentário, há uma consciência crescente da necessidade da promoção do desenvolvimento humano e técnico contínuo. O governo, através da Secretaria de Estado da Administração Pública, quer promover uma estratégia nacional de capacitação dos funcionários Públicos, com foco em competências essenciais e transversais que permitirá a adequação continua das competências individuais às transformações do país e às prioridades da Administração Pública.
214. Com a conclusão da elaboração do Plano Formação para a Reforma do Estado e da Administração Pública, coloca-se o desafio da sua implementação; bem como a criação do Fundo Nacional de Formação, que deverá garantir o financiamento aos programas e projectos de formação e de inserção profissional dos Recursos Humanos.

3.6.2.3. Gestão Previsional dos Recursos Humanos – Consolidação da Desconcentração da Base de Dados dos Recursos Humanos

215. A Modernização da gestão do pessoal na Administração Pública é um dos objectivos da reforma, e passa, necessariamente, pela adopção de políticas e medidas que visam a informatização da gestão dos Recursos Humanos, subordinados a critérios integradores, objectivos e transparentes suportadas em soluções e ferramentas de análise que permitam a definição das políticas de gestão Previsional dos Recursos Humanos e o apoio ao processo decisório.
216. A desconcentração do acesso a gestão da BDRH impõe-se pela necessidade de possibilitar o confronto dos dados informatizados com a realidade existente nos serviços e permitir os mesmos serviços actualizar e validar os dados, fazer recenseamento dos novos recrutamentos e mobilidades funcionais ocorridas e retirar o efeito útil da aplicação da gestão dos recursos humanos de forma moderna.
217. Por outro lado, como forma de garantir a actualização e validação dos dados e uma maior transparência, agilidade nos procedimentos administrativos, é necessário que a tramitação dos processos se faça através da aplicação informática da BDRH em tempo real e com alto grau de fiabilidade; com o desenho e sistematização de novos fluxos.

3.6.2.4. Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública – Criação da Bolsa de Emprego Público

218. A inserção activa dos jovens recém - saídos dos sistemas de educação e formação é uma preocupação do Governo, que pressupõe uma actuação concertada e consistente, que articule, entre outras, a política educativa, a política de formação profissional e o mercado de trabalho.

219. Nesta perspectiva, justifica-se um contributo específico das instituições públicas para a política de emprego, traduzido na atribuição de estágios remunerados na Administração Pública, distribuídos por áreas funcionais, permitindo o pleno aproveitamento do investimento nacional na formação de recursos humanos qualificados.
220. Os estágios têm por objectivos; i) facultar os jovens com qualificação Superior um estágio profissional em contexto real de trabalho que possibilite e promova a sua inserção na vida activa; ii) articular e ajustar a saída do sistema educativo formativo com as possibilidades de emprego na Administração Pública; iii) criar uma bolsa de emprego a que se possa recorrer para satisfazer as necessidades de provimento na Administração Pública; iv) promover novas formações e novas competências profissionais, de forma a potenciar a modernização dos serviços públicos.
221. A Bolsa de Emprego Público constituir-se-á como uma base de informação que permita simplificar e dar maior transparência aos diversos processos de recrutamento e à reafecção dos recursos humanos da Administração pública; servir de instrumento que assegure a ligação entre a oferta e a procura de emprego público, facilitar os mecanismos de mobilidade geográfica.

3.7. Reforma do Estado

3.7.1. Enquadramento Geral da Reforma

222. A Agenda da Reforma do Estado foi adoptada com uma visão integrada através de um vigoroso e coerente conjunto de reformas levadas a cabo pelos diferentes departamentos governamentais e que começam já a traduzir-se na modernização das instituições e da sociedade, qualificando a democracia e reforçando os indicadores de boa governação.
223. Assumindo a necessidade de reforçar selectivamente o Estado e de o racionalizar lá onde o cidadão, as empresas e as organizações da sociedade civil possam intervir melhor, a **Reforma do Estado tem agido nos domínios da modernização da organização, do funcionamento e a transparência**

do Estado, do reforço da sua eficácia e autoridade nos domínios da segurança justiça e defesa e das funções de regulação, fiscalização e de fomento socio-económico com base no desenvolvimento transversal das competências do capital humano, fortemente, suportadas e apoiadas em ferramentas e sistemas de informação tecnológicas, no quadro da promoção da sociedade de informação e da governação electrónica.

3.7.2. Dimensões da Reforma com Impacto Orçamental

3.7.2.1. Reconceituação do Estado, Promoção da Democracia e da Cidadania

224. Para efeitos de priorização sectorial nesta matéria recomenda-se a integração orçamental e organizacional com vista à implementação do **(SNIAC)**, base de dados de suporte ao sistema de informação nacional de identificação e autenticação civil, que permitirá integrar informações da base de dados de identificação civil, bem como o do sistema eleitoral (que culminará na emissão do Cartão Nacional do Cidadão, federação de dados de identificação civil, fiscal, social e eleitoral) e os passaportes electrónicos, introduzindo um novo paradigma de relacionamento dos cidadãos no país ou na diáspora com a administração pública.
225. Igualmente, fazendo face às actuais ameaças, transnacionais e globais, de criminalidade organizada e de terrorismo internacional, destaca-se a aposta feita no fortalecimento institucional das funções de **Autoridade do Estado, da Defesa Nacional, da Segurança e da Justiça**, no quadro de uma reforma global do sistema de segurança nacional.
226. **O Reforço das actividades reguladoras e de Inspeção da Actividade Económica**, tem-se traduzido numa maior qualidade dos mercados e maior eficiência dos operadores económicos, melhor defesa dos consumidores e pela afirmação da autoridade do Estado perante o combate aos ilícitos económicos e financeiros. A execução das actividades e respectiva

orçamentação deverá ser implementada de acordo com os parâmetros definidos no plano referencial de reforço da regulação.

3.7.2.2. Reorganização das Estruturas e do Funcionamento das Instituições do Estado

227. Ao nível da organização e funcionamento do Estado, está-se a intervir de forma transversal, sistémica e globalmente, na modernização das organizações, na reengenharia e simplificação dos procedimentos e no desenvolvimento estratégico das competências dos recursos humanos. Esse Programa possibilitou como resultado final uma nova Lei de Estruturas do Estado (Decreto-Lei nº 9/2009, de 6 de Abril) e a aprovação das orgânicas sectoriais através de novos moldes que permitiram a introdução de medidas inovadoras de racionalização e modernização da organização da com impactos no funcionamento da Estado como:

- i. Reforço das funções Inspectivas do Estado, através da criação de unidade comum de coordenação, planeamento, avaliação e formação da actividade inspectiva do Estado.
- ii. Capacitação institucional das DGPOG's para os novos desafios de gestão por resultados:
 - a. Concentração e partilha dos serviços das funções adjectivas (estudos, planeamento e unidades de gestão de projectos) bem como das funções instrumentais (gestão de recursos);
 - b. Consolidação dos instrumentos de planeamento estratégico, seguimento e avaliação;
 - c. Desconcentração do processo de execução orçamental;
 - d. Institucionalização das unidades de aquisições públicas;
 - e. Organização das unidades de gestão de mudança e de suporte à modernização e reforma;
 - f. Organização do suporte interno aos sistemas de informação;
 - g. Gestão de supranumerários.

- iii. Forte utilização dos sistemas integrados de informação e comunicação tecnológica (E-GOV);
- iv. Integração ou partilha de funções comuns dos serviços desconcentrados;
- v. Organização das funções de investigação nas áreas de captação da Universidade Pública de Cabo Verde;
- vi. Externalização de alguns serviços meios, nos casos em que poderão ser desempenhados de forma muito mais eficaz do que no Estado.

3.7.2.3. Desenvolvimento, Capacitação e Avaliação dos Recursos Humanos

228. Essas medidas de reorganização, estão a ser acompanhadas de outras importantes medidas institucionais que se traduzem numa Administração mais motivada, capacitada, dinâmica para responder aos grandes desafios como a;

- i. Aprovação da nova **Lei de Base da Função Pública**, o reforço da qualificação e capacitação do pessoal;
- ii. Implementação do novo **Plano Estratégico de formação para a Reforma da Administração Pública** que foi elaborado em parceria com as agências das Nações Unidas – UNITAR e que irá permitir o desenvolvimento das novas competências necessárias para requalificação do pessoal e responder aos desafios de desenvolvimento do País;
- iii. A implementação do novo **Plano de Cargos Carreiras e Salários e**;
- iv. Plano de Mobilidade do pessoal, a reconversão profissional do quadro de pessoal supranumerário.

3.7.2.4. Modernização Administrativa

229. Ao nível da reengenharia de processos, simplificação e modernização administrativas, os grandes ganhos de **Governança Electrónica** vêm garantindo importantes melhorias de funcionamento, da transparência na gestão

e da capacidade de resposta na prestação de serviços pela Administração Pública, quer ao nível central, periférico, como a local. Esses serviços de nova geração, para além de melhorarem o ambiente interno de negócios, no geral tem permitido a um fomento de maior empreendedorismo empresarial e formalização de empresas, por conseguinte, evidenciando uma Administração cada vez mais moderna e eficiente, com fortes impactos, positivos, no relacionamento externo com os utentes/ clientes, cidadão, empresas, turistas, investidores e a nossa diáspora.

Figura XXIX - Política de Energia

A crise energética que assolou o mundo inteiro desde o ano passado está longe de chegar ao fim. A subida galopante dos preços do petróleo no mercado internacional em inícios de 2008 deixou marcas visíveis e mexeu profundamente com as economias dos países mais robustos economicamente mormente com as dos países frágeis como Cabo Verde. Apesar do notável abrandamento nos princípios do ano de 2009, os preços do petróleo demonstraram que esse mercado é deveras instável e muito vulnerável, pois nota-se nos últimos 2 a 3 meses uma notável tendência de subida dos preços do crude estando já a rondar a fasquia dos 75 USD o barril. O barril do petróleo que estava em 30 dólares em finais de 2003 aumentou 367% em 5 anos.

O país enfrenta grandes desafios no sector energético. Em 2008 apresentamos à Nação uma política energética clara e uma estratégia sólida para a sua execução.

Cabo Verde está obrigado a vencer o desafio da energia e da água, mediante uma aposta forte no aumento das capacidades de produção e de distribuição de energia e de água; na modernização das infra-estruturas, na eficiência e poupança energéticas, na diversificação das fontes energéticas e na implementação de uma política coerente, acertada e que garanta a todos os cidadãos a mesma oportunidade de acesso em quantidade e em qualidade à energia eléctrica e água.

A política energética definida por esse Governo é clara e precisa. A visão definida de uma aposta forte nas energias renováveis continua firme. O nosso objectivo de construir "Um futuro sem grandes dependências de combustíveis fósseis" continua de pé. O compromisso de garantir que 50 por cento da cobertura das necessidades de Cabo Verde em energia provenha de fontes alternativas até 2020 e que, pelo menos, uma ilha esteja 100 por cento coberta com energia renovável nesse mesmo período continua válido e acções estão sendo implementadas no sentido da sua concretização.

Do lado fiscal, acabamos de aprovar um novo regime de preços para o sector dos combustíveis e que se traduz numa melhor forma de proteger o poder de compra das famílias e a de assegurar a competitividade da economia e particularmente de sectores da economia mais sensíveis aos preços dos combustíveis. Continuamos a implementar medidas e acções que visam principalmente aumentar a segurança energética do país, quer através de investimentos estratégicos que garantam maior capacidade de stockagem de combustíveis nos principais centros de consumo como também aumentar a nossa capacidade de recepção e diversificação dos produtos (são exemplos os investimentos que foram feitos na Boa Vista e os em curso na Praia, visando aumentar a capacidade de armazenagem dos produtos petrolíferos, a diversificação dos produtos, o abastecimento das actividades económicas como a produção de energia e água e a aviação civil, etc).

Continuamos a dar uma atenção muito especial no aumento da capacidade de produção e distribuição de energia e água em todo o território nacional, para acompanhar a demanda crescente em virtude da dinâmica da economia e para atender melhor às necessidades da população. Muito recentemente instalamos uma capacidade adicional de produção de água na Cidade da Praia em mais 2.400 m³/ dia. Mais uma capacidade adicional de 5.000 m³/dia já está negociado e o contrato para o fornecimento já foi assinado, devendo ser instalado nos próximos 10 a 12 meses, na Cidade da Praia. Uma capacidade adicional de mais 5.000m³/dia de água para o Sal e outros tantos para S.Vicente já estão em fase de elaboração dos estudos de viabilidade e de negociação dos financiamentos.

Foi recentemente inaugurada uma capacidade de produção de 500 m³/dia de água em Santa Cruz e o projecto estruturante para abastecimento de água dessalinizada no interior de Santiago segue os trâmites normais visando a resolução do problema de abastecimento de água potável nos municípios de Santa Cruz, S.Miguel, Santa Catarina, S.Salvador do Mundo e S.Jorge dos Órgãos. Estamos a trabalhar afincadamente para que o dessalinizador para a Ilha de S.Nicolau seja uma realidade para breve. O financiamento já está garantido e o estudo de viabilidade técnica, económica e financeira está em curso.

Muito recentemente:

- Foi lançado um novo concurso para a instalação de mais 2 grupos de 10 MW, cada, para o reforço da Central Eléctrica de Palmarejo.
- Foi negociado com a empresa que deverá fornecer e instalar os equipamentos e materiais necessários ao reforço de capacidade de produção e distribuição de electricidade nas ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, Fogo e Boavista, numa perspectiva de centrais únicas.
- Aumento de Capacidade de Produção de Energia Porto Novo (1.000 KW)
- Aumento de Capacidade de Produção de Energia Fogo – Mosteiros (2x250 KW)
- Aumento de Capacidade de Produção de Energia Santa Catarina (1.000 KW)
- Grande manutenção de Grupos

Água

- Aumento da capacidade de produção de água – Cidade da Praia de 2 x 1.200 m³/dia
- Negociação e assinatura do contrato para o fornecimento e aumento da capacidade de produção da Central Dessalinizadora de Palmarejo com uma nova unidade de dessalinização 5000m³/dia
- Grande manutenção de Dessalinizadores

Distribuição de energia eléctrica

- Extensão das Redes MT/BT – S. Vicente, Sal e Santiago

- Rede MT/BT - Investimentos Endógenos e Manutenção
- Redução de Perdas Eléctricas

O objectivo de garantir que a energia chegue a pelo menos 95 por cento da população já em 2011 prossegue. Já atingimos uma taxa de cobertura de 85 por cento, em resultados dos enormes esforços que o Governo está a fazer em matéria de electrificação rural, sendo que alguns Municípios a taxa de cobertura é já de 100% ou muito aproximado.

Estão em curso vários projectos que irão aumentar significativamente a capacidade de produção ao longo dos próximos tempos e melhorar o acesso das populações à energia e à água.

A opção estratégica para as energias renováveis já está a ser concretizada. Já estamos na fase final de negociações do concurso para a instalação de 4 parques eólicos (Praia, S.Vicente, Sal e Boa Vista), orçados em aproximadamente 60 milhões de euros. Estes projectos vão aumentar a taxa de penetração das energias renováveis no total da energia produzida no país em mais de 25%.

A ilha de Santiago, a maior Ilha do país em área e população mas sobretudo em termos de consumo energético está a merecer uma atenção muito especial. O projecto de interligação das redes eléctricas de toda a Ilha e a construção, pela primeira vez na história do nosso arquipélago, de uma linha de transporte de electricidade em alta tensão (60 mil Volts) está na sua fase decisiva de arranque efectivo das obras. Todas as condições prévias já foram criadas. Os contratos para a construção da linha e as sub-estações já foram assinados. O concurso para o fornecimento de mais duas unidades de produção de energia eléctrica como potências unitárias de 10 MW cada já foi lançado, avaliado e submetido aos financiadores para não objecção.

Este projecto de interligação de Santiago cuja conclusão esta prevista para finais de 2011 é um projecto estruturante para a Ilha e para o País, tendo em

conta as enormes vantagens que encerra nomeadamente: permitirá securizar o abastecimento de energia eléctrica a toda a ilha de Santiago que representa mais de 60% do mercado eléctrico nacional, permitirá a desactivação de três centrais em Santa Catarina, Tarrafal e Santa Cruz, permitirá uma melhor gestão financeira da Electra, permitirá aliviar a emissão de gases com efeito de estufa para o ambiente, permitirá potenciar a electrificação total da ilha, entre outras.

O grande desafio que enfrentamos actualmente é o estado das redes de distribuição de electricidade. Assim, para completar esta profunda intervenção no sistema eléctrico nacional o MECC com o apoio da Governo Japonês tem em elaboração (i) um estudo de viabilidade técnico económica para o reforços das redes media e baixa tensão nas ilhas de Santiago, Santo Antão, S. Vicente, Sal, Maio e Fogo visando intervenções no sentido de reabilitação, expansão e modernização das redes média e baixa tensão nas ilhas mencionadas (ii) um estudo de viabilidade para a interligação das redes de distribuição de água dos municípios da ilha de Santiago na perspectiva de centralizar a produção de agua e economizar custos

Vários parceiros de entre os quais destacamos: o Banco Mundial (IBRD) têm programado uma nova intervenção no sector de electricidade e água visando o “Reforço da Performance e Reforma dos sectores de Água e Electricidade” num montante estimado de US 44 milhões cujo objectivo é «elevar a qualidade e a performance do serviço público de electricidade a nível do standard internacional por forma a apoiar e facilitar o desenvolvimento económico e social do país respeitando o princípio fundamental da solidariedade entre as ilhas».

Ainda no campo da valorização e utilização das Energias Renováveis está em curso a implementação de um projecto que visa a análise do comportamento das ondas do mar e para isso está em fase de aquisição de um equipamento que será instalado na ilha do Sal para recolha dos parâmetros da ondulação com vista a elaboração de um estudo de viabilidade da montagem de um projecto piloto de aproveitamento da energia das mares e sua transformação

em energia eléctrica.

A situação energética do país é de longe melhor que a dos anos atrás. Apesar de reconhecermos ainda a existência de muitos constrangimentos, Cabo Verde tem hoje uma situação energética mais segura.

Várias outras ilhas estão a ser contempladas. É o caso, por exemplo, de S. Antão, S. Nicolau, Fogo e Boa Vista, que terão a breve trecho, centrais únicas, uma melhor rede de distribuição, e maior capacidade de produção. Globalmente, teremos mais 50 Megawatts adicionais. Em São Vicente, uma capacidade adicional de 5,5 MW será instalada em 2009-2010; Sal vai receber 11 MW de capacidade melhorada em 2009, enquanto que mais 2 MW serão instalados em cada uma das ilhas de S. Antão e Fogo.

Na Boavista, já foi instalada uma capacidade de cerca de 5 megawatts de energia e 1.000 metros cúbicos de água por dia, através de uma parceria público-privado. Esta intervenção multiplica por 4, tanto a disponibilidade de energia como de água na ilha. Para 2009/2010, prevê-se a instalação de mais 3 a 5 megawatts de energia e 2000m³ a 3000 m³ de água por dia, em função da demanda do sector económico que apesar da crise mundial, ainda demonstra um dinamismo aceitável. Queremos ver este tipo de parceria estendido à ilha do Maio.

O país está a crescer e com ele o sector energético.

Continuamos apostados em desenvolver a nossa estratégia nacional de ter pelo menos uma ilha a 100 % renovável até 2020 e de ter o máximo possível de penetração das energias renováveis. Já iniciamos os estudos para a Ilha da Brava. A Ilha do Sal e Maio já estão sendo analisadas numa perspectiva de sustentabilidade energética.

Continuamos fortemente engajados na luta contra a fraude e roubo nos consumos de energia eléctrica. Muito recentemente aprovamos uma lei específica de combate a essa prática e estamos preparando o terreno para por em prática esse dispositivo legal.

Uma aposta forte está sendo feita na poupança e eficiência energética, a maior arma de luta contra a crise energética mundial.

Durante o ano 2008 distribuímos mais 50 mil lâmpadas de baixo consumo. Já temos nos armazéns, na Cidade da Praia, mais 250 mil lâmpadas que serão distribuídas gratuitamente às famílias e serviços, até Dezembro de 2009, com o objectivo de reduzirmos a nossa factura energética.

Fonte: DGIE/MECC

Anexo: Mapas Orçamentais

Mapa I

Mapa II

Mapa III

Mapa IV

Mapa V

Mapa VI

Mapa VII

Mapa VIII

Mapa IX

Mapa X

Mapa XI

Mapa XII

Mapa XIII

Mapa XIV

Mapa XV

Mapa XVI